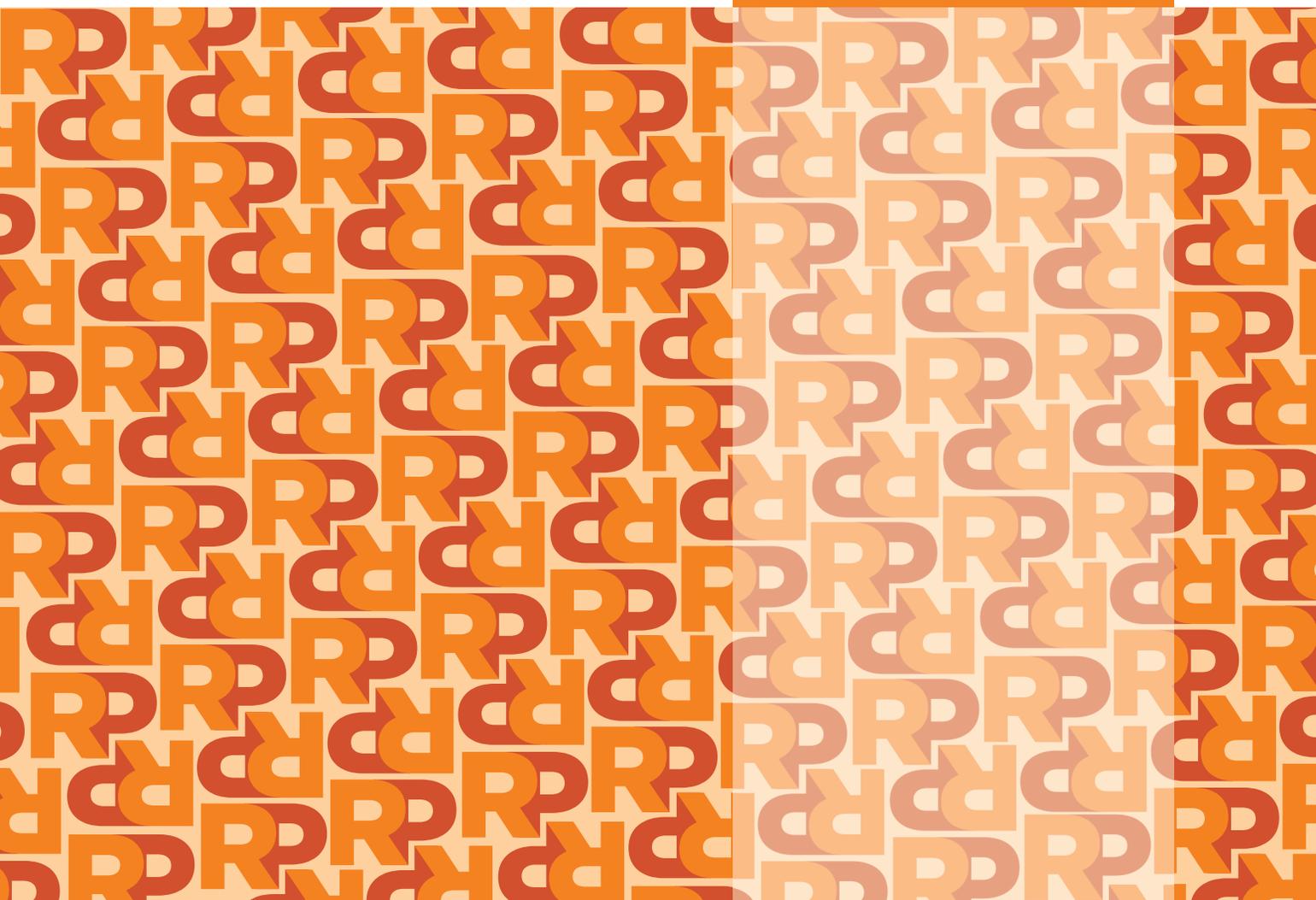


**FILOSOFIA NO ENEM 1998-2018:
UM PANORAMA DA COBERTURA
DE FILOSOFIA NO EXAME À LUZ
DOS DOCUMENTOS NORTEADORES
AO LONGO DE 20 ANOS**

Ester Pereira Neves de Macedo

2022
SÉRIE DOCUMENTAL
RELATOS DE
PESQUISA

42



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS | **DIRED**

SÉRIE DOCUMENTAL
**RELATOS DE
PESQUISA**
42

**FILOSOFIA NO ENEM
1998-2018:
UM PANORAMA DA
COBERTURA DE FILOSOFIA
NO EXAME À LUZ DOS
DOCUMENTOS NORTEADORES
AO LONGO DE 20 ANOS***

Ester Pereira Neves de Macedo

* Resultado de pesquisa realizada durante estágio de pós-doutorado em Estudos Comparados em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) com o Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju), sob a supervisão da Professora Doutora Wivian Weller conforme processo 23036.006540/2018. Parte da pesquisa originou artigos científicos que estão em fase de publicação: (i) revista *Pró-Posições* da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), artigo "Debater para encontrar caminhos: a evolução da presença da Filosofia ao longo dos vinte anos do Enem (1998-2018)", e (ii) revista *Educação e Pesquisa* da Universidade de São Paulo (USP), artigo "Filosofia nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio e no Enem: lacunas temporais e conceituais".

Brasília-DF
Inep/MEC
2022



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

GOVERNO FEDERAL

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Victor Godoy Veiga

PRESIDENTE DO INEP
Danilo Dupas Ribeiro

DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Michele Cristina Silva Melo

DIRETOR DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR
Leonardo Monteiro de Souza Tostes

DIRETOR DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS
Carlos Eduardo Moreno Sampaio

DIRETOR DE ESTUDOS EDUCACIONAIS
Luís Filipe de Miranda Grochocki

DIRETOR DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
Jófran Lima Roseno

DIRETOR DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO
DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS
Fernando Szimanski

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Fernanda Falcão Malaquias Cabizuca (Substituta)

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

DIRETOR
Luís Filipe de Miranda Grochocki

COORDENAÇÃO-GERAL DE INSTRUMENTOS E
MEDIDAS EDUCACIONAIS (CGIME)
Gustavo Henrique Moraes

CENTRO DE INFORMAÇÕES E BIBLIOTECA
EM EDUCAÇÃO (CIBEC)
Augusto Marques de Castro Oliveira

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (COEP)
Priscila Pereira Santos

ASSISTENTE TÉCNICO
Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL
Janaína da Costa Santos

PREPARAÇÃO DE ORIGINAL
Carla D'Lourdes do Nascimento

REVISÃO
Linguística:
Josiane Cristina da Costa Silva

Inglês:
Walkíria de Moraes

Gráfica:
Lilian Lopes Santos

NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO
Aline do Nascimento Pereira

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO
Marcos Hartwich/Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
José Miguel dos Santos

Publicada on-line em julho de 2022.

DISTRIBUIÇÃO

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 04 - Lote 327, Térreo, Ala B

CEP 70.610-908 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2022-3070

dired.publicacoes@inep.gov.br - <http://www.publicacoes.inep.gov.br>

**A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos
são de exclusiva responsabilidade dos autores.**

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Macedo, Ester Pereira Neves de.

Filosofia no Enem 1998-2018 : panorama 20 anos / Ester Pereira Neves de
Macedo.– Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2021.

89 p. : il. – (Série Documental . Textos Relatos de Pesquisa.

ISSN 0104-6551; 42)

1. Educação – Brasil. 2.Avaliação da Educação. 3.Exame Nacional do Ensino
Médio. I. Título. II. Série.

CDU 373.5:37.001.7



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	QUANTIDADE E POSIÇÃO DOS ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS UTILIZADOS NESTE ESTUDO (2012-2018)	19
QUADRO 2	COMPARAÇÃO DO TEXTO DA HABILIDADE H1 DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM E DA HABILIDADE EM13CHS101 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018)	48
QUADRO 3	COMPARAÇÃO DO TEXTO DA COMPETÊNCIA 1 DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM E DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018)	49
QUADRO 4	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018) E SUAS HABILIDADES	49





LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA EM CADA PROVA DO ENEM – 2012-2018	22
GRÁFICO 2	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA EM CADA PROVA DO ENEM – 1998-2018	22
GRÁFICO 3	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR HABILIDADE DA MATRIZ DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM – 1998-2018.....	23
GRÁFICO 4	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR COMPETÊNCIAS DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM (2009) – 1998-2018	24
GRÁFICO 5	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR COMPETÊNCIA DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM (2009), POR PERÍODO – 1998-2018	25
GRÁFICO 6	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR TIPO DE FONTE – 1998-2018.....	26
GRÁFICO 7	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA COM E SEM ADAPTAÇÕES – 1998-2018.....	27
GRÁFICO 8	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR GÊNERO TEXTUAL – 1998-2018	27



GRÁFICO 9	QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR COMPETÊNCIA DE FILOSOFIA DOS PCN (1999) – 1998-2018	29
GRÁFICO 10	QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR EIXO E TEMA DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002) – 2012-2018.....	31
GRÁFICO 11	QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR EIXO DE FILOSOFIA DOS PCN+, POR FASE – 1998-2018	32
GRÁFICO 12	QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR EIXO E TEMA DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002) – 1998-2018.....	33
GRÁFICO 13	DISTRIBUIÇÃO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM NO EIXO I DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002), POR TEMA E POR ANO – 1998-2018	34
GRÁFICO 14	DISTRIBUIÇÃO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM NO EIXO II DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002), POR TEMA E POR ANO – 1998-2018	36
GRÁFICO 15	DISTRIBUIÇÃO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM NO EIXO III DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002), POR TEMA E POR ANO – 1998-2018	38
GRÁFICO 16	QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE FILOSOFIA DAS OCEM (2006) – 1998-2018.....	39
GRÁFICO 17	QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE FILOSOFIA DAS OCEM (2006) – 2012-2018.....	40
GRÁFICO 18	DISTRIBUIÇÃO ANO A ANO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE FILOSOFIA DAS OCEM (2006) – 1998-2018.....	42
GRÁFICO 19	QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA BNCC (2018) – 1998-2018.....	47





SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO
PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO
DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	11
INTRODUÇÃO.....	13
Breve Contexto	14
Objetivos da Pesquisa	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	17
Procedimentos Metodológicos	17
PANORAMA DA FILOSOFIA NAS PROVAS DO ENEM ENTRE 1998 E 2018	21
1 DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA	21
2 TIPOS DE FONTES.....	26
3 ANÁLISE EM TERMOS CURRICULARES	28
3.1 PCN-EM (1999)	28



3.2 PCN+ (2002).....	30
EIXO I: Relações de poder e democracia	33
EIXO II: A construção do sujeito moral	35
EIXO III: O que é Filosofia	37
3.3 OCEM (2006).....	39
3.4 Perspectivas para a Filosofia no Enem a partir da BNCC (2018)	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE.....	61
ANEXO A PCN-EM: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS EM FILOSOFIA (1999)	71
ANEXO B PCN+: EIXOS TEMÁTICOS EM FILOSOFIA (2002)	73
ANEXO C CONTEÚDOS DE FILOSOFIA DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO: CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (2006).....	75
ANEXO D MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (2009).....	77
ANEXO E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2018)	81
SOBRE A AUTORA	89





AGRADECIMENTOS

Este estudo foi realizado durante estágio de pós-doutorado em Estudos Comparados em Educação (ECOE) na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, com o Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju), sob a supervisão da professora Dra. Wivian Weller, durante afastamento integral concedido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesse sentido, gostaria de registrar meu agradecimento à professora Wivian Weller, ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília e a todos os colegas da Ecoe e do Geraju pelos ricos diálogos que travamos nesse ano tão produtivo. Obrigada por me reinserirem no universo acadêmico e me acolherem de forma tão calorosa. O trabalho desenvolvido pelo grupo, sob coordenação da professora Wivian, é inovador, rigoroso e inspirador. Expresso minha profunda satisfação e gratidão por ter formado esse vínculo, que continuarei a nutrir com carinho.

Gostaria de registrar também minha gratidão ao Inep, em especial aos colegas e gestores da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb). Agradeço pela oportunidade de dedicar esses 12 meses de intenso estudo e interlocução com pesquisadores, professores e estudantes, nesse momento tão crucial para a educação brasileira, e, de maneira ainda mais especial, aos colegas da Daeb de agora e de antes e aos colaboradores externos, nossos parceiros de todas as partes do Brasil e de diferentes redes e etapas de ensino, pelo privilégio de quase dez anos de aprendizado diário sobre tantos aspectos da avaliação da educação básica

brasileira. Seja na Coordenação-Geral de Exames para a Certificação (Cgec), na Coordenação-Geral do Sistema Nacional da Educação Básica (Cgsnaeb), na então Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas (Cgim) ou na extinta Coordenação-Geral de Concepções e Análises Pedagógicas (Cgcap), têm sido anos de aprendizado intenso com pessoas extremamente comprometidas e qualificadas. Por essa oportunidade sou profundamente grata.

Agradeço também às revistas *Pró-Posições* da Unicamp e *Educação e Pesquisa* da USP, que aceitaram publicar artigos relacionados à pesquisa apresentada neste relatório. O artigo “Debater para encontrar caminhos: a evolução da presença da Filosofia ao longo dos vinte anos do Enem (1998-2018)”, a ser publicado em breve pela *Pró-Posições*, traz uma versão mais aprofundada da cobertura das habilidades e competências de Ciências Humanas do Enem pelos itens de Filosofia ao longo desses 20 anos. Já a revista *Educação e Pesquisa* publicou o artigo “Filosofia nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio e no Enem: lacunas temporais e conceituais”, que aprofunda alguns dos aspectos levantados neste relatório em relação às Orientações Curriculares, de 2006.

Boa parte deste estudo foi realizado ou revisto no sertão mineiro, bebendo na filosófica fonte de Guimarães Rosa. Em tempos de normalidade e em tempos de pandemia, a área rural de Montalvânia, Minas Gerais, e a vila de Novo Horizonte são meu maior termômetro sobre a situação da educação no Brasil, laboratório com o qual muito aprendi e pelo qual sou muito grata. Agradeço a minha família, amigos e colegas pelo apoio, pelo debate, pela leitura e pela paciência nas diferentes fases desta pesquisa e em todos os momentos: perto ou longe, no interior, na capital ou no exterior, sempre conectados. Filosofia, educação, serviço público, comunidade, conhecimento, conexão: são todos substantivos coletivos, e é a partir do coletivo que são construídos e fortalecidos.



RESUMO

Este número 42 da *Série Documental – Relatos de Pesquisa*, intitulado *Filosofia no Enem 1998-2018: um panorama da cobertura de Filosofia no exame à luz dos documentos norteadores ao longo de 20 anos*, sintetiza os principais resultados obtidos em estágio de pós-doutorado realizado sob a supervisão da professora Dra. Wivian Weller, com o Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju) e a linha de pesquisa Estudos Comparados em Educação (Ecoe), na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Esse projeto de pesquisa teve como objetivo atualizar e aprofundar os resultados de um estudo desenvolvido pela autora em 2012 como parte de uma parceria entre a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), publicado posteriormente pelo Inep em 2015, com o título *Filosofia no Enem: um estudo analítico dos conteúdos relativos à Filosofia ao longo das edições do Enem entre 1998 e 2011*. Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa da evolução da cobertura de itens de Filosofia ao longo de 20 edições, esta investigação aponta desafios e possibilidades que o exame oferece à implementação dos referenciais curriculares. Este trabalho ganha particular relevância neste momento, tendo-se completado 10 anos da obrigatoriedade da Filosofia no ensino médio (2008-2018) e 20 anos do Enem (1998-2018), além da recente publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro de 2018 e da reforma do ensino médio.

Palavras-chave: avaliação da educação básica; diretrizes da política educacional; ensino de Filosofia; Exame Nacional do Ensino Médio.

ABSTRACT

Philosophy in Enem 1998-2018: a 20-year panorama of the presence of philosophy in the exam in light of the official guidelines for the area

This number 42 of the Documental Series – Research Reports, entitled “Philosophy in Enem 1998-2018: a 20 year panorama of the presence of Philosophy in the exam in light of the official guidelines for the area”, synthesizes the main findings gathered in a post-doctoral research, under the supervision of professor Dr. Wivian Weller, with the Research Group Gerações e Juventudes (GERAJU) and the line of research Educational Comparative Studies (ECOE), in the School of Education at the University of Brasilia (FE/UnB). This research project aimed to update and broaden the results of a previous study undertaken by the author in 2012 as part of a partnership between the Organization of Ibero-American States (OEI) and the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). This study was later published in 2015 by INEP under the title “Philosophy in Enem: an analytical study of the Philosophy-related content through Enem’s editions between 1998 and 2011. Through a quantitative and qualitative analysis of the coverage of Philosophy items in the test through these twenty editions, this study points to challenges and possibilities that the test presents to the implementation of curricular guidelines. This work gains particular relevance now, as it marks ten years since Philosophy became mandatory for the Brazilian secondary school curriculum (2008-2018) and twenty years since the implementation of Enem (1998-2018), as well as the recent publication of the National Curriculum Common Core (BNCC) in December 2018 and the reform of the structure of the Brazilian secondary school system.

Keywords: Basic education evaluation; educational policy guidelines; Philosophy teaching; National High School Exam.



INTRODUÇÃO

Este número 42 da *Série Documental – Relatos de Pesquisa*, intitulado *Filosofia no Enem 1998-2018: um panorama da cobertura de Filosofia no exame à luz dos documentos norteadores ao longo de 20 anos*, reúne os principais resultados obtidos em estágio de pós-doutorado realizado sob a supervisão da professora Dra. Wivian Weller, com o Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju) e a linha de pesquisa Estudos Comparados em Educação (Ecoe), na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) conforme processo 23036.006540/2018. Esse projeto de pesquisa teve como objetivo atualizar e aprofundar os resultados de um estudo desenvolvido pela autora em 2012 como parte de uma parceria entre a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), publicado posteriormente pelo Inep em 2015, com o título *Filosofia no Enem: um estudo analítico dos conteúdos relativos à Filosofia ao longo das edições do Enem entre 1998 e 2011*. A realização dos estudos de pós-doutorado foi aprovada na 44ª reunião ordinária da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Educação, realizada em 18 de dezembro de 2018 (em consonância com a Resolução Nº 14/2018, que dispõe sobre o estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília).

Este panorama sintetiza os resultados apresentados nos outros produtos desenvolvidos durante essa pesquisa pós-doutoral. Por meio de uma análise quantitativa e qualitativa da evolução da presença da Filosofia ao longo de duas décadas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), este estudo aponta alguns desafios e possibilidades que o exame oferece à implementação dos referenciais curriculares. Este trabalho ganha particular relevância neste momento, tendo-se completado dez anos da obrigatoriedade da Filosofia no ensino médio (2008-2018) e 20 anos do Enem (1998-2018), além da recente publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro de 2018 e da reforma do ensino médio.

Esta pesquisa opera com base no pressuposto de que nenhum referencial curricular surge no vácuo nem se materializa nas escolas ou se operacionaliza em avaliações de maneira espontânea e imediata, mas todos esses elementos são frutos de construções e discussões contínuas, numa dinâmica que teóricos como Bowe, Ball e Gold (1992) chamam de ciclo de políticas.¹ E casos como o da Filosofia mostram isso de forma contundente, seja na legislação², nos referenciais curriculares ou nas avaliações em larga escala, em particular no Enem, conforme se resume a seguir.

BREVE CONTEXTO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estipula que os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre [...] domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1996, art. 36).

Apesar disso, nos 25 anos desde a sua publicação, a presença da Filosofia no ensino médio não se deu de maneira nem linear nem automática. Por um lado, mesmo com diferenças e divergências entre si, os referenciais curriculares publicados nos primeiros dez anos de vigência da LDB ecoam e elaboram o estabelecido no artigo 36 em relação à oferta da Filosofia no ensino médio. É o caso, por exemplo, da Resolução CEB/CNE nº 3, de 26 de junho de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, detalhadas no Parecer CEB/CNE nº 15, aprovado em 1º de junho de 1998. Também é o caso de documentos posteriores, que trazem capítulos específicos para cada componente curricular, incluindo a Filosofia. Nesse grupo, inserem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1999; as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+), de 2002; e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Ocem), de 2006.

Por outro lado, somente após a Lei nº 11.684/08, que alterava o artigo 36 da LDB de forma a tornar Filosofia e Sociologia obrigatórias no ensino médio, e a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012 (Resolução CNE nº 2/2012), a Filosofia começou a aparecer de maneira mais constante no Enem. Até então, a presença da Filosofia

¹ “A abordagem do ‘ciclo de políticas’, que adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais” (Mainardes, 2006, p. 49).

² “Entre os vários estudos disponíveis, o livro de Dalton José Alves, *A Filosofia no ensino médio – ambiguidades e contradições da LDB* [...] tem o mérito de estudar a questão logo após a promulgação da Lei nº 9.394/96 [...] No breve histórico que faz do ensino da Filosofia no Brasil anterior à LDB de 1996, Alves deixa claro esse jogo de presenças e ausências” (Gallo, 2013, p. 416).

no Enem era esparsa e irregularmente distribuída (Macedo, 2015, p. 9-10). A prova de 2011, por exemplo, que teve apenas um item tangencialmente associado à área, sofreu fortes críticas da comunidade do ensino de Filosofia. Em um colóquio na sede do Inep ao final de 2011, intitulado *Avaliações da educação básica em debate: ensino e matrizes de referências das avaliações em larga escala*, Silvio Gallo argumentou:

[S]endo a Filosofia agora um componente curricular obrigatório, desfrutando plenamente de sua “cidadania curricular”, ele não pode ficar de fora dos processos de avaliação de larga escala em curso no País. A consolidação de sua presença nos currículos passa também por sua presença em avaliações como o Enem. Não vejo alternativa, então, para o momento, do que a de buscarmos alguns referenciais provisórios, que possam articular elementos desses três documentos oficiais produzidos na última década [PCN, PCN+ e Ocem], mesmo que eles apresentem perspectivas distintas e por vezes inconciliáveis, e mesmo que eles tenham sido produzidos em um contexto em que a Filosofia não era ainda disciplina obrigatória e, portanto, não apresentem exatamente matrizes referenciais para seu ensino. Mas que sejam referenciais provisórios, utilizados enquanto ganhemos consistência na produção de um currículo de Filosofia que possa, efetivamente, no futuro nortear a presença de conhecimentos de Filosofia nos exames de larga escala, como o Enem e o Encceja. (Gallo, 2013, p. 426).

Foi nesse contexto que se desenvolveu o estudo *Filosofia no Enem: 1998-2011*. Como parte de uma consultoria da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) com o Inep, em 2012, a autora realizou uma análise das provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias do Enem, publicada em 2015. Esse estudo original tinha como objetivo explicitar a abrangência das abordagens e a recorrência dos conteúdos relativos à Filosofia ao longo de todas as edições do exame entre 1998 e 2011, em termos dos referenciais curriculares vigentes à época. Constatou-se um total de 18 itens aplicados nas edições principais do exame nos 14 anos anteriores, numa média de 1,28 item por edição³, estando ausentes nos cinco anos entre 2004 e 2008 (Macedo, 2015).

A partir de 2012, a presença de Filosofia no exame começou a se fortalecer. Como nota Silvio Ricardo Gomes Carneiro no estudo “O Enem e a leitura de textos filosóficos: análise de alguns parâmetros para a sala de aula”, de 2015:

Ao contrário da tendência apontada por Macedo (2015) – e para alívio da presença da Filosofia no exame – é possível dizer que, nas edições do Enem a partir de 2012, os itens de Filosofia se fazem mais presentes, com maior incidência dos textos-base clássicos (ainda que adaptados), ou com o uso de comentadores da Filosofia, como o texto de Franklin Leopoldo e Silva sobre Descartes. Desde este novo ciclo, o Enem ofereceu 29 questões de Filosofia (praticamente o mesmo número de itens das edições anteriores do Enem. (Carneiro, 2015, p. 34).

³ No estudo anterior, além das 14 aplicações principais das edições de 1998 a 2011, foram considerados também os itens com temáticas ou abordagens de Filosofia constantes nas provas de contingência das edições de 2009 e de 2010, a pedido da equipe técnica à época. Neste estudo, foram considerados para todos os anos analisados apenas as aplicações principais.

Esse patamar mais constante não surge, porém, de maneira espontânea, mas vem de um esforço da equipe técnica, com seus colaboradores externos, de manter uma distribuição equilibrada entre os itens da prova, atendendo não só os requisitos psicométricos e a cobertura paritária de todas as 30 habilidades da matriz, como também um equilíbrio dinâmico entre os componentes curriculares da área.⁴

Todavia, mesmo com esses avanços, a consolidação da presença da Filosofia como política educacional para o ensino médio está longe de ser líquida e certa. Oito anos depois de publicada, a Lei nº 11.684/2008, que estabelecia a obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia no ensino médio, foi revogada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que instituiu o novo ensino médio. Felizmente, essa medida provisória, quando convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, retomou a obrigatoriedade da Filosofia (artigo 35, parágrafo 2º), reafirmada na Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicada em 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (artigo 11, parágrafo 4º, inciso VIII). Essa resolução do CNE também estipula em seu artigo 32 que “as matrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e dos demais processos seletivos para acesso à educação superior deverão necessariamente ser elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (Brasil. MEC. CNE, 2018), que lista a Filosofia como integrante da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Brasil. MEC, 2018, p. 547). Entretanto, como exemplificado neste breve histórico, normativas legais e referenciais curriculares, apesar de necessários, não são suficientes para garantir a presença da Filosofia no Enem ou no ensino médio.

Nesse contexto, o presente estudo visa contribuir em dois aspectos principais. Por um lado, dado o caráter intermitente e instável da Filosofia nessa etapa de ensino,⁵ ele serve de registro de como a Filosofia tem sido abordada no Enem ao longo de duas décadas. Por outro, com a recente publicação da BNCC e a instituição do novo ensino médio, ele apresenta alguns elementos para a discussão em torno de como se dará a operacionalização da BNCC no exame, em particular nessa área do conhecimento.

OBJETIVOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Atualizar e aprofundar a análise oferecida no trabalho *Filosofia no Enem: um estudo analítico dos conteúdos relativos à Filosofia ao longo das edições do Enem entre 1998 e 2011*,

⁴ Conforme apresentado em maiores detalhes na publicação *Filosofia no Enem 2012-2018: Uma análise da cobertura de Filosofia no exame e de sua adesão aos documentos norteadores* e no artigo “Debater para encontrar caminhos: a evolução da presença da Filosofia ao longo dos vinte anos do Enem (1998-2018), revista Pró-Posições da Unicamp (ambos no prelo). Ver também Brasil. Inep (2013) e Ribeiro (2020).

⁵ Sobre a intermitência da Filosofia no ensino médio, ver, por exemplo, Brasil. MEC (1999); Alves (2002); Macedo, (2011); Gallo (2013).

contemplando os itens de Filosofia nas edições do Enem entre 2012 e 2018, de forma não só a contribuir para a compreensão da evolução da presença desse campo de conhecimento no exame nos últimos anos, como oferecer subsídios e perspectivas para a área no exame à luz da nova Base Nacional Comum Curricular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Realizar diagnóstico sobre a adesão dos itens de Filosofia do Enem dos anos de 2012 a 2018 aos referenciais curriculares então vigentes: os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCN (1999), as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN + (2002) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ocem (2006).
- b) Realizar diagnóstico dos itens de Filosofia do Enem dos anos de 2012 a 2018 tomando como parâmetros as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), de modo a detectar pontos de maior e menor facilidade de operacionalização.
- c) Propor subsídios para a reformulação da Matriz de Referência de Ciências Humanas do Exame Nacional do Ensino Médio, do ponto de vista dos temas e abordagens próprios da Filosofia.
- d) Propor subsídios para os elaboradores e revisores de itens de Filosofia do Banco Nacional de Itens do Inep, em especial aqueles envolvidos com o Enem.
- e) Propor subsídios para professores e alunos de Filosofia, visando fortalecer a presença desta entre profissionais e alunos de ensino médio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O carro-chefe dessa pesquisa de pós-doutorado consistiu em dar continuidade ao trabalho *Filosofia no Enem: um estudo analítico dos conteúdos relativos à Filosofia ao longo das edições do Enem entre 1998 e 2011*, oferecendo uma análise de todos os itens de Filosofia nas provas do Enem entre 2012 e 2018. O foco inicial do projeto, portanto, foi a produção de um texto em formato de relatório com cerca de 150 páginas, trazendo cada um dos 55 itens de Filosofia aplicados no exame entre 2012 e 2018, cada um acompanhado de uma breve análise de uma página, além de um panorama ano a ano em termos da Matriz de Referência do Enem, dos PCN (1999), dos PCN+ (2002) e das Ocem (2006). Essa publicação, intitulada *Filosofia no Enem 2012-2018: Uma análise da cobertura de Filosofia no exame e de sua adesão aos documentos norteadores* (no prelo), inclui também para cada um dos 55 itens de Filosofia aplicados no exame entre 2012 e 2018 uma análise similar de cada item em termos da BNCC.

A partir desse levantamento inicial, e de forma a dar continuidade ao estudo anterior, foi traçado um panorama da cobertura dos itens de Filosofia ao longo das 20 edições entre 1998 e 2018 em termos dos mesmos documentos referenciais, conforme detalhado no corpo deste número 42 da *Série Relatos de Pesquisa*. Cada uma das análises deste panorama deu origem a um estudo transversal em termos dos documentos referenciais consultados, de maneira a fortalecer a interlocução acadêmica e escolar sobre Filosofia no Enem nos nichos específicos de currículos, avaliação de larga escala, Filosofia, educação e política pública mais amplamente. Assim, além da participação das atividades da linha de pesquisa Estudos Comparados em Educação (Ecoe) e do Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju), este estudo contou também com a produção de cinco artigos de análises transversais sobre Filosofia no Enem em termos de cada um dos documentos referenciais consultados. Desse modo, essa pesquisa deu origem aos seguintes artigos que foram submetidos a diferentes periódicos e encontram-se, no momento de escrita deste texto, em diferentes estágios no fluxo editorial:

1. Debater para encontrar caminhos: a evolução da presença da Filosofia ao longo dos vinte anos do Enem (1998-2018). Pro-Posições [online]. 2022, v. 33 Qualis A1 em Educação. Aceito em 04/01/2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0104>>.
2. O uso de fontes nos itens de Filosofia nos PCN e no Enem (em análise). Submetido à FAP-DF em fevereiro de 2020 como parte das atividades do grupo de pesquisa e atualmente em análise para publicação em periódico.
3. Entre eixos: Filosofia nos PCN+ e no Enem (em análise). Submetido à FAP-DF em fevereiro de 2020 como parte das atividades do grupo de pesquisa e atualmente em análise para publicação em periódico.
4. Filosofia no Enem e nas Ocem: Lacunas temporais e conceituais. Educação e Pesquisa (USP), 2021 (publicado). Qualis A1 em Educação. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228013>.
5. O Enem no contexto do novo ensino médio: olhar o passado para pensar o futuro publicado em 30/12/2021 na revista Em Aberto. Qualis A2 em educação. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.34i112.4999>.

Outra importante atividade desenvolvida pela pesquisadora no período do pós-doutorado foram as apresentações de trabalho em eventos acadêmicos e as palestras ministradas em escolas da rede pública do Distrito Federal, conforme abaixo:

Apresentação de trabalho

- MACEDO, Ester Pereira Neves. Filosofia no ENEM 1998-2018. Apresentação da pesquisa na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília em 06/09/2019.
- MACEDO, Ester Pereira Neves. Produzir e medir conhecimento filosófico no Ensino Médio: O caso da filosofia na interface entre as Orientações Curriculares

para o Ensino Médio (2006) e o Enem. Apresentação realizada no Colóquio “Conhecimento e Linguagem” organizado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em 12/02/2020.

Palestras ministradas em escolas da rede pública do Distrito Federal

- MACEDO, Ester Pereira Neves. Pontos norteadores dos exames e avaliações da educação básica no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Palestra ministrada para os professores de ensino médio de todas as áreas do conhecimento durante a Semana Pedagógica do CEM 02, Gama em 06/02/2020.
- MACEDO, Ester Pereira Neves. Estudando (para) o Enem. Palestra ministrada para estudantes do ensino médio do CEM Asa Norte - CEAN, em 14/02/2020.

O restante deste relato de pesquisa sintetiza os resultados desse projeto de pós-doutorado trazendo um panorama da cobertura dos itens de Filosofia ao longo das 20 edições entre 1998 e 2018, mostrando sua distribuição em termos das competências e habilidades da Matriz de Referência de Ciências Humanas do Enem que eles atendem, as fontes utilizadas e sua adesão aos referenciais curriculares anteriores: PCN, PCN+ e Ocem. Como complemento a essas análises, inclui-se uma análise semelhante em relação à nova BNCC. Assim, aos 18 itens de Filosofia aplicados no Enem entre 1998 e 2011 analisados no estudo anterior, foram acrescentados os seguintes 55 itens, listados no Quadro 1:

QUADRO 1
QUANTIDADE E POSIÇÃO DOS ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS UTILIZADOS NESTE ESTUDO (2012-2018)

Ano	Nº de itens de Filosofia	Posição (prova azul)
2012	7	2, 7, 9, 25, 28, 30, 31
2013	7	4, 10, 22, 24, 27, 36, 41
2014	8	4, 11, 12, 14, 19, 24, 25, 29
2015	8	3, 13, 16, 17, 26, 28, 34, 42
2016	9	1, 6, 15, 20, 23, 24, 25, 28, 37
2017	8	48, 49, 64, 65, 66, 84, 85, 88
2018	8	49, 51, 52, 66, 79, 83, 89, 90

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

Como no estudo anterior, a escolha dos itens para análise foi feita pela autora a partir de sua leitura dos cadernos de prova da aplicação principal do Enem nos anos em questão e de sua interpretação subjetiva, por sua experiência tanto na área de Filosofia quanto nas atividades da equipe responsável pelo exame no Inep. Flávia Ghignone Braga Ribeiro, em sua dissertação *A presença e a abordagem da Sociologia no Exame Nacional do Ensino Médio a partir das diretrizes e orientações curriculares oficiais para a disciplina*, defendida em 2020, usa metodologia semelhante:

Considerando os documentos citados, em uma primeira etapa e para identificar a presença da Sociologia no Enem, foi realizada a leitura de todos os cadernos de prova de Ciências Humanas, das edições de 2009 a 2018, e todas as 45 questões de cada caderno foram classificadas considerando as subáreas, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. É importante ressaltar que o exame apresenta proposta de abordagem interdisciplinar e contextualizada e assim não prevê quantitativos mínimos ou equitativos ou qualquer distinção entre as subáreas que compõem uma área de conhecimento. Portanto, a classificação realizada neste estudo considera essa premissa, entendendo que todas as questões da prova buscam a interdisciplinaridade, mas que ainda assim, é possível identificar a contribuição específica das subáreas que compõem a área de conhecimento de Ciências Humanas. Essa classificação foi realizada pela autora, pesquisadora do Inep e componente de equipe pedagógica da diretoria que realiza o exame, a partir de critérios usuais dessas equipes quando demandadas a alguma tarefa com esse teor. (Ribeiro, 2020, p. 22).

Conforme explicado mais detalhadamente na publicação *Filosofia no Enem 2012-2018: uma análise da cobertura de Filosofia no exame e de sua adesão aos documentos norteadores* (no prelo), a maior parte dos itens analisados é marcadamente de Filosofia, pelos autores e abordagens utilizadas,⁶ enquanto outros, em número bem menor, transitam mais fluidamente na interface com os outros componentes curriculares da área⁷ (por exemplo, itens 15 e 25 da prova de 2016 ou 66 e 89 da prova de 2018).

Como no estudo de 2012, a referência a cada item será feita no formato “prova.item”, em que “prova” corresponde à posição da questão no caderno de prova de cor amarela nas edições de vigência da primeira matriz de referência do exame (1998 a 2008) e aos cadernos de cor azul nos anos de vigência da segunda matriz (2009 a 2018).⁸ Para as habilidades atendidas em cada item, utilizaram-se o divulgado oficialmente nos microdados do Enem⁹ e a competência de área que abarca essas habilidades, conforme a Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias (2009), disponível no Anexo D. Todas as outras análises são interpretações subjetivas da autora, incluindo a seleção de itens e a atribuição de habilidades e competências da matriz atual que mais facilmente seriam atendidas pelos itens de Filosofia aplicados na vigência da matriz anterior, para fins comparativos.

Na publicação *Filosofia no Enem 2012-2018: uma análise da cobertura de Filosofia no exame e de sua adesão aos documentos norteadores*, ainda no prelo, são apresentados esses itens juntamente com uma análise individualizada da cobertura desses referenciais curriculares a cada edição do exame entre 2012 e 2018, enquanto os itens aplicados entre 1998 e 2011 estão disponíveis no estudo original, publicado em 2015. Quadros-resumo ao final deste número listam todos os itens utilizados neste estudo, por período, com as respectivas classificações em termos dos referenciais curriculares consultados.

⁶ “Tem-se por premissa de que, apesar do projeto interdisciplinar previsto na concepção do exame, ainda é possível identificar a contribuição de todas as subáreas – Filosofia, Geografia, História e Sociologia – que compõem a área de Ciências Humanas e ainda que a seleção dos itens para a montagem da prova tem buscado preservar a representatividade de todas essas subáreas” (Ribeiro, 2020, p. 77).

⁷ “[É] notável que a Filosofia apresenta campo muito mais demarcado, de tal forma que a sua abordagem interdisciplinar fica mais restrita, segundo pontuou Lima (2017, p. 141), ‘é a disciplina com maior isolamento entre as quatro que compõem a prova de Ciências Humanas’” (Ribeiro, 2020, p. 88).

⁸ As provas do Enem estão disponíveis em <http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>.

⁹ As habilidades atendidas pelos itens estão disponíveis nos microdados do Enem: <http://inep.gov.br/microdados>.



PANORAMA DA FILOSOFIA NAS PROVAS DO ENEM ENTRE 1998 E 2018

1 DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA

Considerando as provas de Ciências Humanas do Enem desde seu surgimento em 1998, constata-se a presença de aproximadamente¹⁰ 73 itens com temáticas ou abordagens compatíveis com o ensino de Filosofia no ensino médio, configurando, em tese, uma média de 3 a 4 itens por ano. Porém, a distribuição de itens de Filosofia se mostra irregular ao longo dos anos. No estudo anterior, foram identificados 18 itens de Filosofia distribuídos irregularmente ao longo de 14 edições (1998-2011), numa média de 1,28 item por edição (Macedo, 2015). Já nas sete edições do Enem entre 2012 e 2018, verifica-se a presença de 55 itens com temáticas ou abordagens compatíveis com o ensino de Filosofia, configurando uma média de 7,86 itens por prova, distribuídos da seguinte maneira:

¹⁰ Foram contabilizados “aproximadamente” 73 itens porque eles são de Ciências Humanas, com maior ou menor grau de interdisciplinaridade. Sobre a questão da interdisciplinaridade na prova de Ciências Humanas do Enem, ver também Brasil. Inep (2013); Ribeiro (2020).

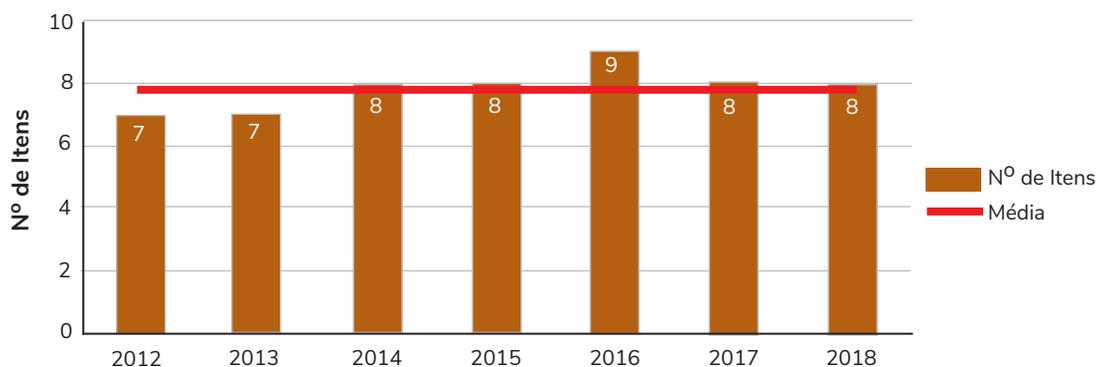


GRÁFICO 1

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA EM CADA PROVA DO ENEM – 2012-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

Ao combinar essas análises para gerar uma série histórica da presença de Filosofia nas provas do Enem nos 20 anos entre 1998 e 2018, notam-se três fases distintas: 1998-2008, 2009-2011 e 2012-2018, conforme ilustra o Gráfico 2:

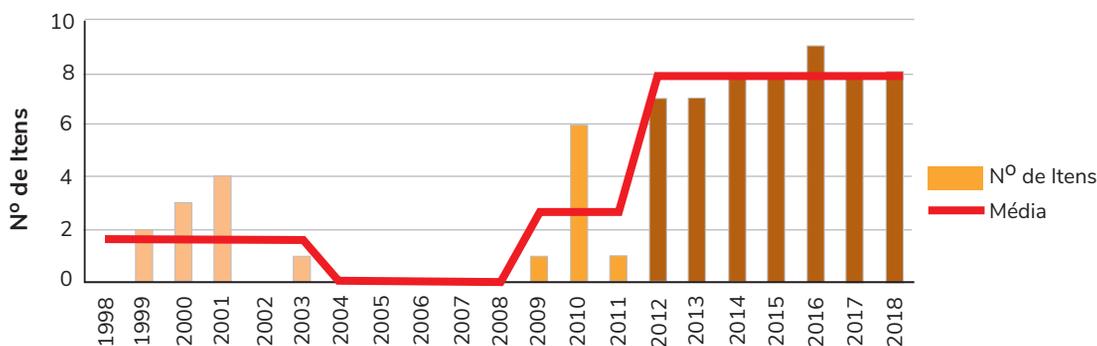


GRÁFICO 2

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA EM CADA PROVA DO ENEM – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

Observa-se assim um período inicial entre 1998 e 2003, ainda na vigência da primeira matriz do exame, em que foram aplicados dez itens com temáticas ou abordagens relacionadas à Filosofia, com uma média de 1,66 item por ano nesse primeiro período de seis anos. Entre 2001 e 2008, foi aplicado somente um item, em 2003, configurando um período de cinco anos sem nenhum item de Filosofia no exame. Com a reformulação da matriz em 2009, a Filosofia retorna, com oito itens irregularmente distribuídos em três anos, uma média de 2,66 por edição. A partir de 2012, essa distribuição se estabiliza no patamar entre sete e nove itens por ano, numa média de 7,86 itens de Filosofia por edição.

Em termos da cobertura da Matriz de Ciências Humanas do Enem, a habilidade mais exigida por itens de Filosofia no período entre 2012 e 2018 foi a H23, “analisar a importância

dos valores éticos na estruturação política das sociedades”, com dez itens, mais de três vezes o exibido no período anterior, não sendo uma temática presente nos itens de Filosofia aplicados na vigência da primeira matriz.¹¹ Em segundo lugar, com nove itens, veio a H1, “interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura”, que não havia aparecido nenhuma vez entre 2009 e 2011. Os itens de Filosofia que atendem oficialmente essa habilidade tendem a ser questões sobre teoria do conhecimento, que não encontram outro espaço na matriz de referência do Enem. Mesmo na matriz anterior, houve apenas dois itens de Filosofia com um caráter mais epistemológico, que, para fins de comparação, foram considerados neste estudo como compatíveis com a H1, a partir de uma interpretação mais ampla, que considera textos filosóficos como “aspectos da cultura” (ver Macedo, 2015; 2021a). Felizmente, a nova BNCC oferece espaços mais propícios para tratar essas questões, como será argumentado adiante.

Em terceiro lugar, entre as habilidades de Ciências Humanas do Enem atendidas por itens de Filosofia no período entre 2012 e 2018, veio a H4, “comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura”, com sete itens, mais do que o dobro dos itens dos 14 anos anteriores. Para ela, valem as mesmas ressalvas apontadas em relação à H1. Já a H12, “analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades”, que havia sido a habilidade com temática mais abordada nos 14 anos anteriores, com uma redação mais marcadamente filosófica, contou com seis itens no último período: mais do que os outros dois períodos somados.

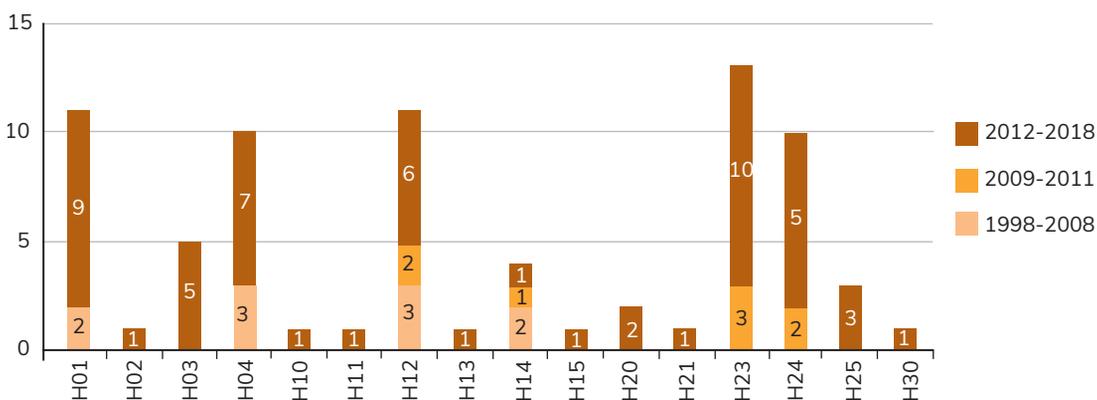


GRÁFICO 3

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR HABILIDADE DA MATRIZ DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados do Enem (1998-2018) e em Macedo (2015).

¹¹ Para uma análise mais detalhada da cobertura dos itens de Filosofia do Enem entre 1998 e 2018 em termos das competências e habilidades da Matriz de Ciências Humanas do Enem, ver Macedo 2022a (no prelo).

Em termos de competências, observa-se que, na primeira década do Enem, os itens de Filosofia concentravam-se em temas e abordagens que, na matriz atual, concentrar-se-iam em apenas duas competências: cinco itens na competência C1, “compreender os elementos culturais que constituem as identidades”, e cinco itens na C3, “compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais”. Já entre 2009 e 2011, foram oito itens distribuídos também em duas competências: três itens na C3 e cinco na C5, “utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade” (Macedo, 2015). Entre 2012 e 2018, apesar de mantida a concentração nas competências C1, C3 e C5, as temáticas e abordagens dos itens de Filosofia do Enem diversificaram-se o suficiente para que a presença desta passasse a permear todas as seis competências, conforme demonstra o Gráfico 4:

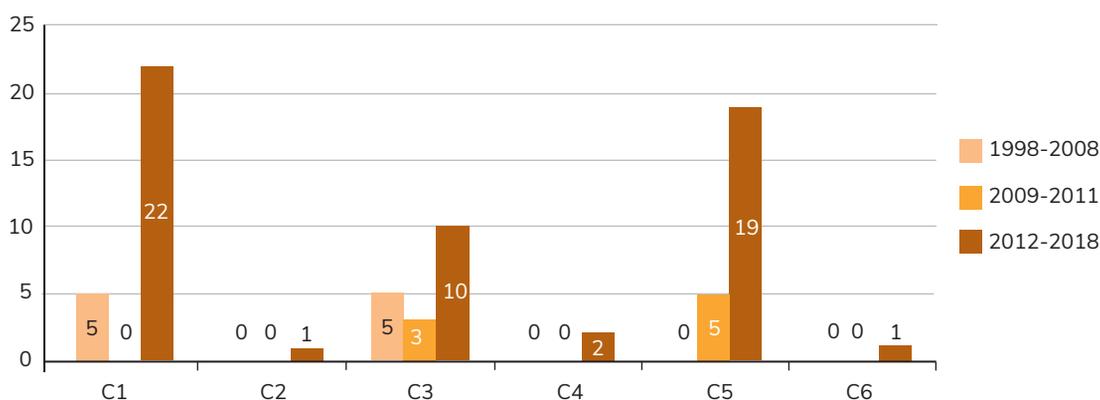


GRÁFICO 4
QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR COMPETÊNCIAS DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM (2009) – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados do Enem (1998-2018) e em Macedo (2015).

Analisando-se competência por competência, vemos que a C1 foi aquela cuja ocorrência mais cresceu, passando de 5 itens nos 14 anos entre 1998 e 2011 para 22 itens no período de 2012 a 2018. Isso reflete um aumento em itens mobilizando habilidades como a H1 e a H4, conforme mencionado anteriormente. Em segundo lugar, veio a C5, que passou de 5 itens em todo o período de 1998 a 2011 para 19 itens no último período. Na vigência da primeira matriz do Enem, não foi aplicado nenhum item de Filosofia em temáticas compatíveis com essa competência. Já a C3 teve comportamento relativamente mais equilibrado, ocorrendo nas três fases: cinco itens compatíveis com as temáticas dessa competência no período de 1998 a 2008, três itens de 2009 a 2011 e dez itens a partir de 2012.

Inovações podem ser percebidas na abordagem de habilidades das competências 2, 4 e 6, que antes de 2012 nunca haviam sido acionadas por itens de Filosofia. Na competência 2, “compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações

socioeconômicas e culturais de poder”, houve somente um item em todos os 20 anos do Enem com temas ligados à Filosofia. Foi o item 42 da prova de 2015, que utilizava um texto da filósofa Simone de Beauvoir para mobilizar a H10, “reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica”. O item trabalha de forma interdisciplinar o texto da filósofa, ao propor ao respondente a tarefa de situá-lo como uma contribuição aos movimentos sociais por igualdade de gênero.

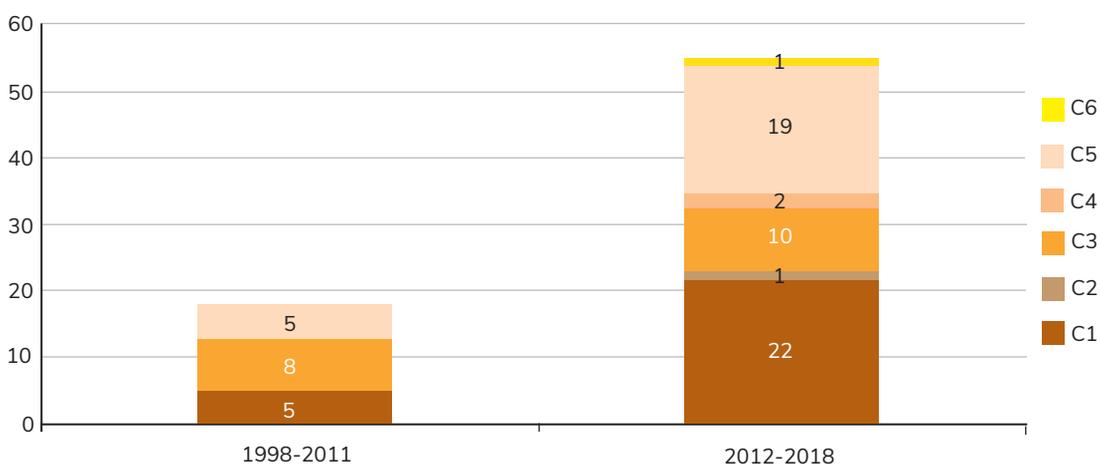


GRÁFICO 5

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR COMPETÊNCIA DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM (2009), POR PERÍODO – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

Na competência 4, “entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social”, foram dois itens em 20 anos, ambos na H20, “selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho”. O primeiro foi um item de 2013, sobre a visão de natureza e ciência em autores como René Descartes e Francis Bacon e a tradição iluminista (item 31). O segundo foi de 2016, com texto-base do filósofo contemporâneo Hans Jonas (2016.25), que trata sobre a ameaça das tecnologias modernas e a responsabilidade ética com as gerações futuras.

Por último, na prova de 2018, vê-se um item relacionado à Filosofia mobilizando pela primeira vez uma habilidade da competência de área 6, “compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos”. Esse item, na posição 89, trata de diferentes visões sobre produção sustentável para trabalhar o entendimento acerca da formulação de modelos científicos. Ele atende a H30, “avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas”.

Esses quatro itens exigem competências e habilidades que, à primeira vista, não abririam margem para questões de Filosofia. Ao mesmo tempo, todas elas trazem temáticas absolutamente pertinentes à área, de uma maneira compatível com o ensino da disciplina nessa etapa. São assim bons exemplos para pensar não só como a Filosofia pode integrar a matriz do exame, conforme desafio proposto por Gallo (2013), mas também formas em que a consolidação da Filosofia no ensino médio possa oferecer subsídios para fomentar debates atuais e relevantes com o público-alvo e a sociedade como um todo.

2 TIPOS DE FONTES

O *Guia de elaboração e revisão de itens* (Geri), publicado pelo Inep em 2010, traz a seguinte orientação no item 3 da seção “Etapas para elaboração de item”: “dê preferência a fontes primárias, originais e sem adaptações” (Brasil, 2010, p. 10). No período de 2012 a 2018, 45 dos 58 textos em itens relacionados à Filosofia nas provas de Ciências Humanas do exame, ou 78%, foram de fontes primárias, enquanto 13 textos, 22%, foram de fonte secundária. Essa é a maior proporção de textos primários em relação aos outros dois períodos, nos quais os percentuais foram de 71% e 63%, respectivamente.

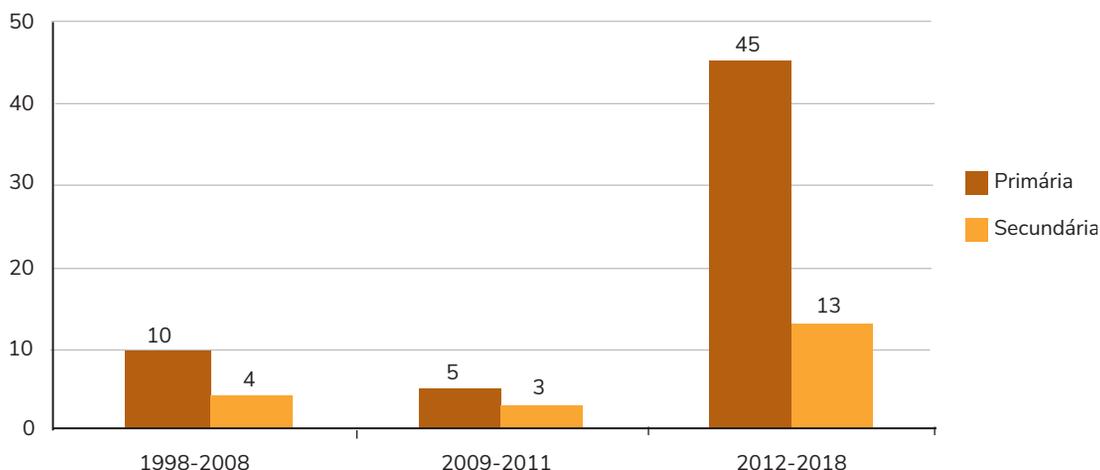


GRÁFICO 6

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR TIPO DE FONTE – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

Em termos de adaptações, 33 dos 58 textos, 57%, não indicam ter sofrido adaptações, enquanto 25, 43%, sofreram adaptações. Comparando com os períodos anteriores, há um aumento na proporção de textos sem adaptações em relação ao período de 2009 a 2011, em que esse percentual era de 50%, 4 textos num total de 8; porém, não supera a marca do período anterior, em que esse percentual era de 80%, 8 textos de 10.

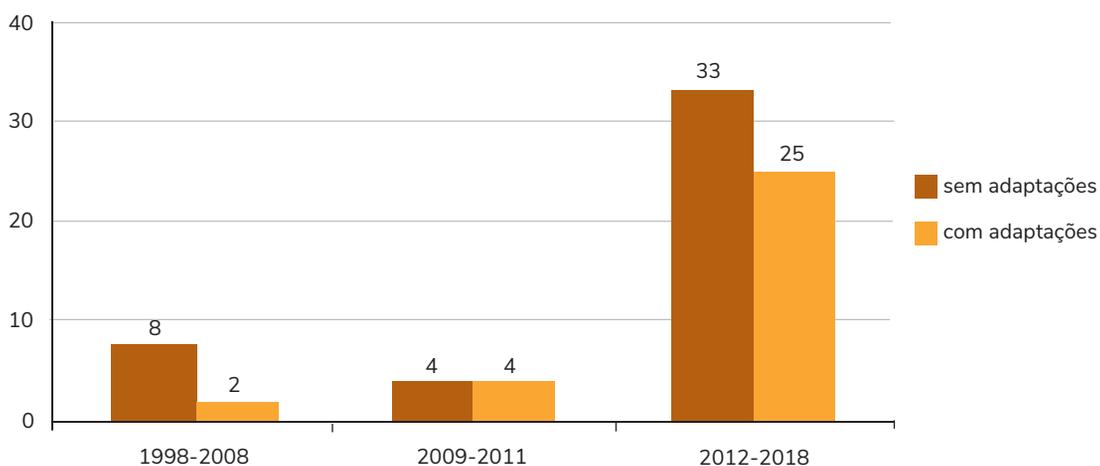


GRÁFICO 7

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA COM E SEM ADAPTAÇÕES – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

Constata-se uso bem maior de filósofos no período de 2012 a 2018: 36 dos 46 textos utilizados nos 20 anos analisados. No período de 2009 a 2011, textos extraídos de manuais superavam textos primários de filósofos, na proporção de quatro para um. Assim, embora o número de textos com autoria de filósofos ou extraídos de manuais de Filosofia tenha acompanhado o aumento quantitativo de itens de Filosofia nesse último período, percebe-se que esse aumento não se reflete em textos de outros gêneros, como literatura, jornais ou imagens. Em termos de imagem, por exemplo, o período de 2012 a 2018 contou com um só item, o 2014.25, que usa como suporte a pintura “Escola de Atenas”, do renascentista Rafael Sanzio.

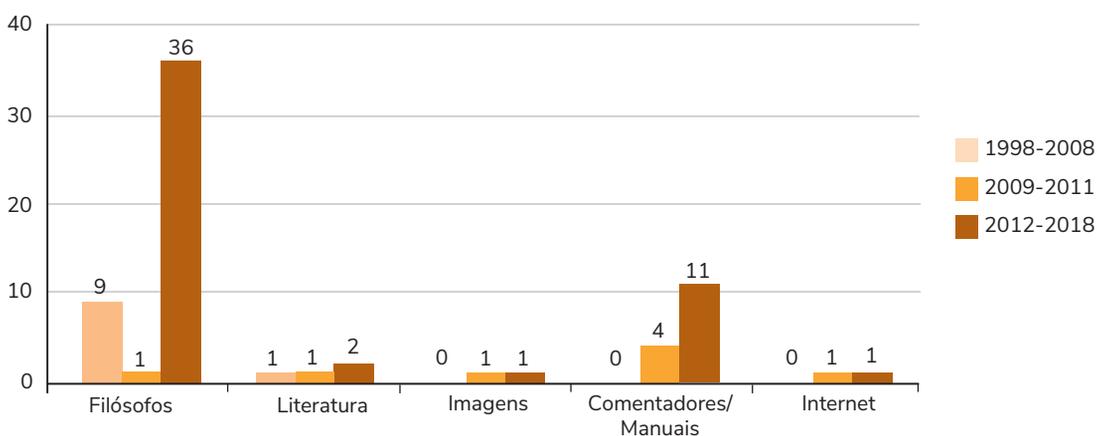


GRÁFICO 8

QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR GÊNERO TEXTUAL – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Macedo (2015).

3 ANÁLISE EM TERMOS CURRICULARES

3.1 PCN-EM (1999)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN-EM), de 1999, propõem que as seguintes habilidades e competências filosóficas sejam desenvolvidas nessa etapa de ensino:

- 1) Representação e comunicação:
 - Ler textos filosóficos de modo significativo.
 - Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros.
 - Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo.
 - Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes.
- 2) Investigação e compreensão:
 - Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais.
- 3) Contextualização sociocultural:
 - Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica (Brasil. MEC, 1999, p. 64)

Quanto ao campo inicial de competências, “representação e comunicação,” apenas as duas primeiras são passíveis de avaliação em prova objetiva de múltipla escolha. Nota-se, nos últimos anos, um aumento significativo no número de itens exigindo a primeira competência específica, “ler textos filosóficos de modo significativo”, que subiu de 8 e 7, nos dois primeiros blocos cronológicos, para 46 no período de 2012 a 2018. Dez itens exigiram a segunda competência específica, “ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros”, entre eles um que pedia ao respondente analisar a pintura “Escola de Atenas”, do artista italiano Rafael Sanzio. Dois itens (2014.11 e 2015.28) utilizaram textos do historiador francês Jean-Pierre Vernant (1914-2007) para discutir conteúdos relativos à democracia grega. Outros dois (2017.49 e 2018.66) usaram textos acadêmicos sobre o Iluminismo para tratar temas acerca da construção do sujeito na modernidade. Dois itens (2014.12 e 2018.89) utilizaram textos publicados em sites sobre aspectos da ciência (clonagem humana e modelos científicos de caça sustentável). Houve ainda um item com texto-base de Shakespeare que solicitava ao respondente identificar aspectos precursores do existencialismo. Itens como o 2014.19,

que comparava as visões de Tucídides e Aristóteles sobre a democracia ateniense, solicitaram simultaneamente essas duas competências, bem como aquelas exigidas nos outros dois campos, que envolvem articular e contextualizar.

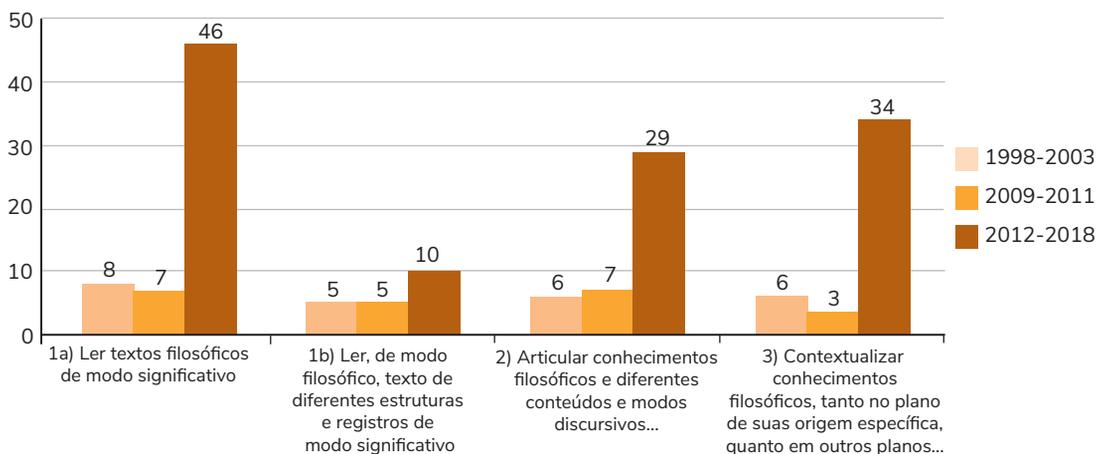


GRÁFICO 9
QUANTIDADE DE ITENS DE FILOSOFIA POR COMPETÊNCIA DE FILOSOFIA DOS PCN (1999) – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (1999) e em Macedo (2015).

Na visão deste estudo, 29 dos 55 itens de Filosofia aplicados entre 2012 e 2018 mobilizaram o segundo campo de competências, “investigação e compreensão”. Nos dois períodos anteriores, essa competência contou com seis e sete itens, respectivamente. Pela característica interdisciplinar envolvida nesse segundo campo, que tem como competência específica da Filosofia “articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais”, todos os itens que atenderam a competência 1b, “ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros”, atenderam também essa competência. Além deles, foram incluídos na contagem dessa competência três itens que transitam entre a Filosofia e a Ciência: o item 2013.36 sobre Kant, o 2014.29 sobre Galilei e o 2016.25 sobre Jonas, que exigiram também a competência 1a, “ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros”.

O terceiro campo, “contextualização sociocultural”, propõe como competência específica para a Filosofia “contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica”. Na perspectiva deste estudo, essa competência foi atendida por 34 dos 55 itens de Filosofia aplicados entre 2012 e 2018, um aumento significativo em relação aos períodos anteriores, que contaram com 6 e 3 itens, respectivamente. Exemplos de itens que demandaram essa competência incluem: o 2015.17, que solicitava ao respondente compreender o contexto em que escrevia Tomás de Aquino para entender sua visão sobre a monarquia; o 2015.42, que utilizava um texto de

Simone de Beauvoir para contextualizar as lutas por igualdade de gênero; e o 2017.84, que exigia do respondente identificar um pré-requisito para a inclusão social no pensamento de Jürgen Habermas.

Embora em anos mais recentes tenha crescido significativamente o número de itens com textos ou abordagens filosóficas, esse crescimento não foi proporcionalmente distribuído no que diz respeito ao tipo de fontes utilizadas e ao exercício esperado do respondente. Observa-se que, num primeiro momento, quando a prova tinha uma proposta mais interdisciplinar, havia uma proporção mais balanceada entre as competências exigidas, com mais itens que requeriam do respondente a habilidade de “ler textos filosóficos de maneira significativa”. Além disso, havia uma proporção maior de itens que envolviam uma comparação entre textos: na prova de 1999, por exemplo, o item 10 pedia ao respondente para comparar texto de João Paulo II com texto de Tomás de Aquino, enquanto o item 31 demandava comparar textos de Nicolau Copérnico e Galileu Galilei. Fica assim bem evidenciado, nesse primeiro momento, não só uma presença de uma “leitura de textos filosóficos de maneira significativa” ou uma “leitura de maneira filosófica de textos de diferentes registros”, mas um esforço visível de articular e contextualizar. Porém, enquanto o número de itens exigindo a competência 1a cresceu mais de cinco vezes, de 8 itens na primeira fase do exame para 46 nos últimos sete anos desta análise, o número de itens mobilizando as outras três competências aumentou entre duas e três vezes no mesmo período.

Os PCN em si não dão uma ênfase maior ao texto filosófico do que às outras habilidades, como ler de maneira filosófica textos de diferentes registros, articular, contextualizar. Se há um grau hierárquico entre as competências, no ponto mais alto estão as de elaborar e de debater, que são colocadas cada uma como competências-síntese das anteriores (Brasil. MEC, 1999, p. 60-61). Enquanto as outras competências não são passíveis de serem testadas com questões de múltipla escolha, um equilíbrio pelo menos entre as que são é importante, pois permite maior diversidade de temas, situações, tarefas, autores e contextos, maior amplitude de possibilidades para a permanência da área no exame e maior relevância da área para os estudantes e para os egressos do ensino médio, seja qual percurso profissional ou acadêmico eles assumam.

3.2 PCN+ (2002)

As Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) acrescentam aos PCN-EM algumas sugestões de conteúdos, divididos em três eixos temáticos: o primeiro com assuntos relacionados a diferentes aspectos da democracia, o segundo versando sobre temas de ética e o terceiro com questões sobre a natureza da Filosofia, com foco em epistemologia e estética. Cada um desses eixos é dividido em três temas, subdivididos em alguns subtemas de caráter exemplificativo.¹²

¹² Listados por completo no Anexo B.

- Eixo I: *Relações de poder e democracia:*
 Tema I.1) A democracia grega.
 Tema I.2) A democracia contemporânea.
 Tema I.3) O avesso da democracia.
- Eixo II: *A construção do sujeito moral:*
 Tema II.1) Autonomia e liberdade.
 Tema II.2) As formas da alienação moral.
 Tema II.3) Ética e política.
- Eixo III: *O que é Filosofia:*
 Tema III.1) Filosofia, mito e senso comum.
 Tema III.2) Filosofia, ciência e tecnocracia,
 Tema III.3) Filosofia e estética.

Conforme ilustra o Gráfico 10, entre os anos de 2012 e 2018, nota-se uma diferença expressiva na proporção de cobertura dos temas que compõem cada eixo temático proposto para a Filosofia pelos PCN+. Consta-se uma preponderância do eixo III, com 23 dos 55 itens aplicados. O tema III.1, “Filosofia, mito e senso comum”, contou com mais itens do que os outros eixos inteiros, com 19 itens. Em segundo lugar, com 11 itens, veio o tema II.3, “Ética e política”, seguido pelo tema I.2, “A democracia contemporânea”, com 9 itens. Entre os temas menos recorrentes, estão o III.3, “Filosofia e estética”, com um único item na prova de 2016 com texto de Adorno, na interface com a Sociologia, e o II.2, “Formas de alienação moral”, que tem como representante mais próximo o item 2012.02, com texto de Kant sobre o esclarecimento.

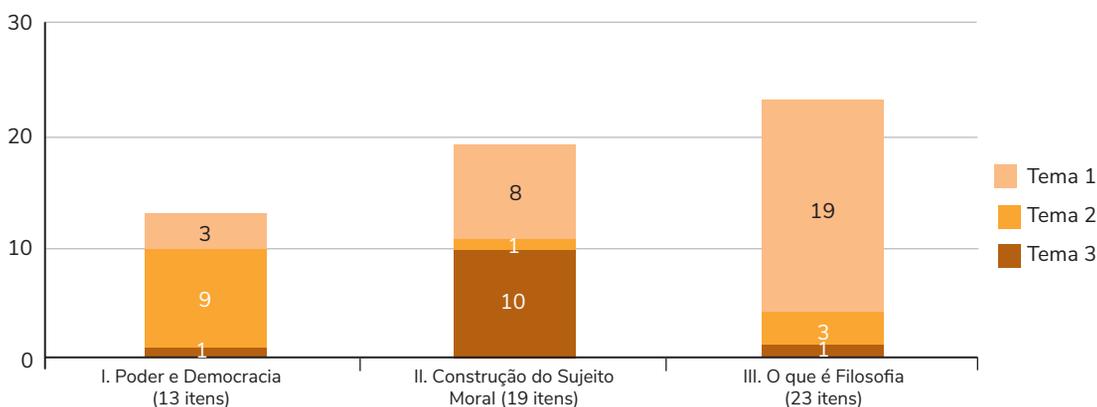


GRÁFICO 10
QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR EIXO E TEMA DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002) – 2012-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2002) e em Macedo (2015).

Nesse aspecto, também, os anos de 2012 a 2018 atuaram de forma a reverter um desequilíbrio anterior. No período de 1998 a 2008, nenhum dos dez itens de Filosofia contemplou o eixo I dos PCN+, “Poder e democracia”. No período de 2009 a 2011, esse eixo contou com 3 itens e, entre 2012 e 2018, esse número passou para 13. O eixo II, “Construção do sujeito”, contou com representação crescente: passou de um equilíbrio em 6 itens em cada um dos dois primeiros períodos para 19 itens entre 2012 e 2018. Caso mais ainda acentuado é o do eixo III, “O que é Filosofia”, que teve quatro itens no primeiro período, porém, nenhum de 2009 a 2011. Essa situação foi revertida entre 2012 e 2018, período em que foi representado por 23 itens.

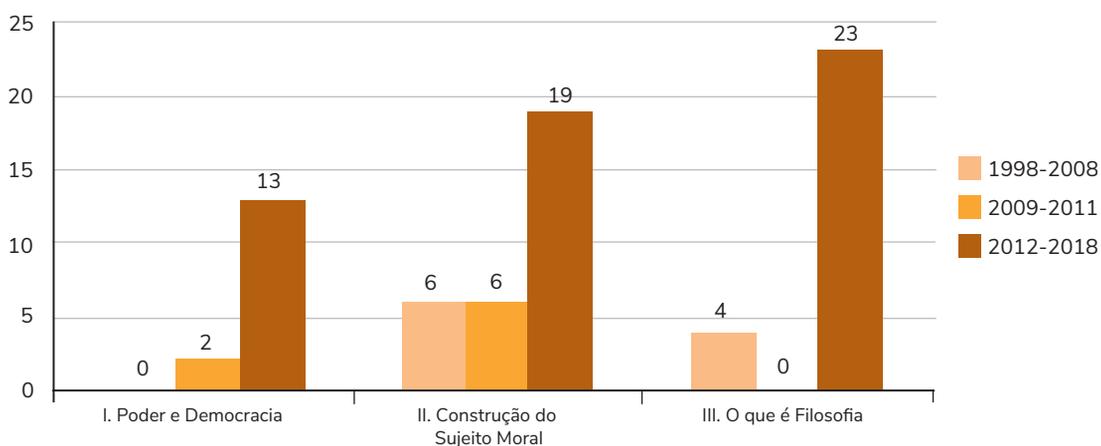


GRÁFICO 11

QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR EIXO DE FILOSOFIA DOS PCN+, POR FASE – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2002) e em Macedo (2015).

Assim, na cobertura de Filosofia no Enem nos 20 anos entre 1998 e 2008, forma-se um equilíbrio dinâmico entre os eixos II e III dos PCN+, com 31 itens no eixo II e 27 no eixo III, enquanto o eixo I teve aproximadamente metade dos itens de cada um deles: 15.

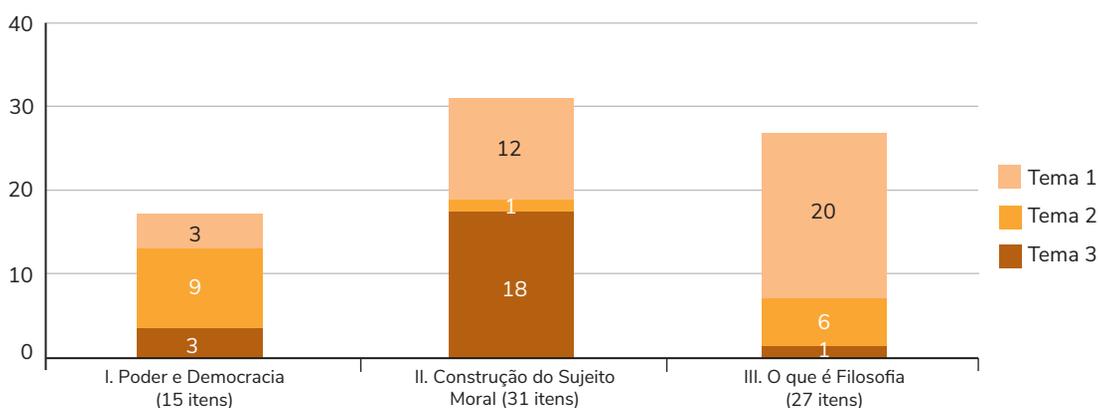


GRÁFICO 12

QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR EIXO E TEMA DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002) – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2002) e em Macedo (2015).

Um resumo mais detalhado da cobertura de cada um dos três eixos temáticos de Filosofia dos PCN+ abordados pelos itens de Ciências Humanas do Enem é exposto a seguir.

EIXO I: RELAÇÕES DE PODER E DEMOCRACIA

Dos três eixos temáticos propostos nos PCN+ para a Filosofia, o primeiro, denominado “Relações de poder e democracia”, foi o menos explorado pelos itens de Filosofia do Enem. Nenhum dos dez itens aplicados nos dez anos entre 1998 e 2008 abordou questões relacionadas à democracia, embora seja o tema apresentado com maior detalhe nos PCN+. O primeiro item nessa temática surgiu apenas em 2010, ano seguinte à reformulação do exame, edição que contou com dois itens. Após uma ausência em 2011, entre 2012 e 2018 esse número passou para 13, totalizando assim 15 itens em toda a história do exame.

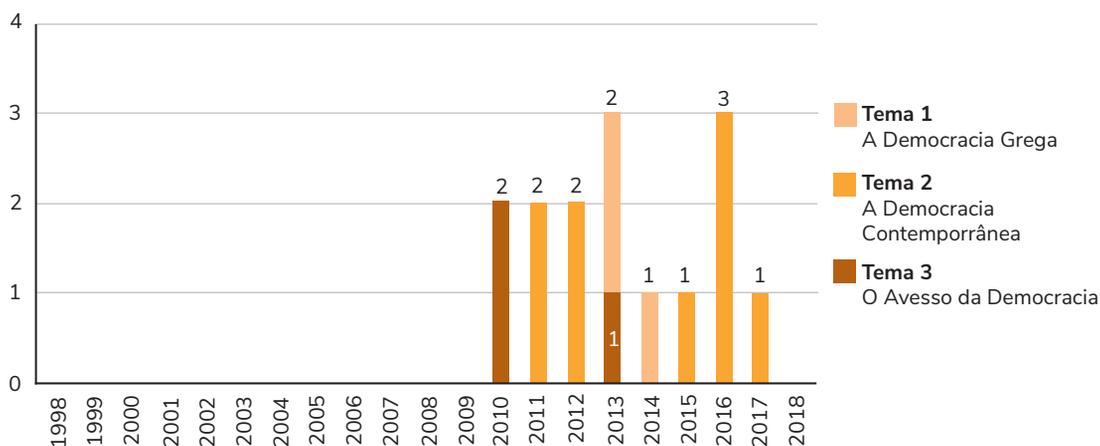


GRÁFICO 13

DISTRIBUIÇÃO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM NO EIXO I DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002), POR TEMA E POR ANO – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2002) e em Macedo (2015).

No primeiro tema do eixo, “A democracia grega”, foram aplicados três itens: dois em 2014 e um em 2015. Desde então, esse tema não é exigido nas provas. Dos três itens aplicados, dois utilizaram texto-base de autoria de Jean-Pierre Vernant (2014.11 e 2015.28), mobilizando a habilidade H24 da Matriz de Referência de Ciências Humanas de 2009 do Enem, que propõe ao respondente “relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades”. O terceiro item (2014.19) envolveu a comparação entre Tucídides e Aristóteles sobre a democracia ateniense, atendendo a habilidade H4: “comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura”. Nos PCN+, todos dialogam com o subtema “A ágora e a assembleia: igualdade nas leis e no direito à palavra”. Nenhum item abordou o segundo subtema proposto, “Democracia direta: formas contemporâneas possíveis de participação da sociedade civil”.

O tema I.2, “A democracia contemporânea”, contabilizou nove itens. Foram aplicados dois itens em 2012 (com textos de Montesquieu e Habermas), um em 2013 (novamente com texto de Montesquieu) e um em 2014 (novamente com texto de Habermas). Depois de uma pausa em 2015, o tema reaparece em 2016 com um item sobre a diferença entre tipos de democracia, utilizando texto de Iris Marion Young. Na edição de 2017, o tema chega a ter três itens: um sobre Iluminismo, um sobre Rawls e um sobre Habermas, enquanto, em 2018, o tema foi representado por um item, com texto-base de Norberto Bobbio acerca do pensamento de Hans Kelsen.

O tema I.3, “O avesso da democracia”, contou com três itens: o 28 de 2010, com texto de Paul Valéry sobre mecanismos de impedimento da ampla participação política; o 42 da mesma prova, que trouxe tirinha do Quino representando a democracia como vacina contra o despotismo; e o 2013.24, sobre o panóptico de Bentham. Desde então, não há itens nesse tema. Em termos de subtema, nenhum desses três itens parece se adequar à discussão

dos subtemas propostos: “Os totalitarismos de direita e esquerda” e “Fundamentalismos religiosos e a política contemporânea”. O mais próximo a essa temática seria o item 35 da prova de 2015, na interface com a Sociologia, que usa um texto de Slavoj Žižek sobre a diferença de percepções do fundamentalismo cristão para o fundamentalismo muçulmano, apesar de a situação-problema desse item focar mais a questão da alteridade do que o fundamentalismo religioso em si, o que ilustra o caráter exemplificativo, e não exaustivo, dos subtemas.

EIXO II: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MORAL

Este foi o eixo de Filosofia dos PCN+ com mais itens na história do exame: 31 entre 1998 e 2020, 19 deles nas edições entre 2012 e 2018. Desses 19, 8 foram condizentes com o tema I, “Autonomia e liberdade”, no qual os PCN+ propõem três subtemas: “Descentração do indivíduo e o reconhecimento do outro”; “As várias dimensões da liberdade (ética, econômica, política)”; e “Liberdade e determinismo”.

Entre esses, o subtema “As várias dimensões da liberdade” foi o mais contemplado, com itens versando sobre liberdade econômica, liberdade civil, liberdade de pensamento, além de questões relativas à felicidade, que podem ser vistas como liberdade ética. O primeiro item nesse eixo foi sobre escravidão em Montesquieu, na edição de 2003, que atendia o tema 1, “Autonomia e liberdade”. Esse foi o único item de Filosofia no Enem entre a publicação dos PCN+ em 2002 e a reformulação do exame em 2009. Itens acerca da importância do pensamento autônomo incluem o 2015.03, com texto de Paulo Freire; o 20 de 2016, com texto de Descartes; e o 2018.66, sobre a defesa da liberdade de pensamento no Iluminismo. Acerca do conceito de *eudaimonia*, ou felicidade, no sentido de liberdade interior ou autonomia de espírito, que pode assim ser considerada como liberdade ética, temos o 2013.27, com texto de Aristóteles; o 2014.24 e o 2018.79, com textos de Epicuro; e o 2016.01, com texto de Schopenhauer.

Já o segundo tema desse eixo, “Formas de alienação moral”, é mais difícil ver materializado nos itens da prova de forma independente do tema anterior. Na visão deste estudo, o item de Filosofia que chegou mais próximo de fazê-lo foi o de 2012 que usa um texto de Kant sobre esclarecimento e maioridade moral. Contudo, uma questão para reflexão proporcionada por esse item é sobre até que ponto “Formas de alienação moral” é um tema diferente de “Autonomia do sujeito” ou, se para fins didáticos, não seria mais útil considerar o primeiro como um subtema do segundo, como sua representação nos itens de Filosofia da prova ao longo dos anos parece indicar.

Ao se pensar em termos dos dois subtemas propostos para o tema II.2 em busca de outras possibilidades de materialização nos itens de Filosofia da prova, vê-se que a questão da alienação moral tende a aparecer de forma secundária a outras. No subtema “As condutas massificadas na sociedade contemporânea”, por exemplo, está o item 2016.15 sobre a questão da ilusão de escolha na contemporaneidade. Esse item, como discutido adiante, também seria o representante mais próximo do tema III.3, “Filosofia e estética”. Já o subtema

“O individualismo contemporâneo e a recusa do outro” poderia abarcar mais uma vez o item 2015.35, com texto de Zizek sobre alteridade, ou alguns itens do tema II.3, “Ética e política”, contemplados no subtema “Cidadania: os limites entre o público e o privado”. Exemplos incluem os itens 38 e 44 da prova de 2010, que usam trechos de manuais para trabalhar definições de ética, ou o item 2011.02, que utiliza um texto da *Folha de São Paulo* para trabalhar o imperativo categórico de Kant. Nenhum desses itens parece lidar exclusivamente com “Formas de alienação moral”, aparentemente redundante e demasiado específico em relação aos outros temas, motivo pelo qual, para os fins deste estudo, nenhum item foi considerado como atendendo primeiramente esse tema.

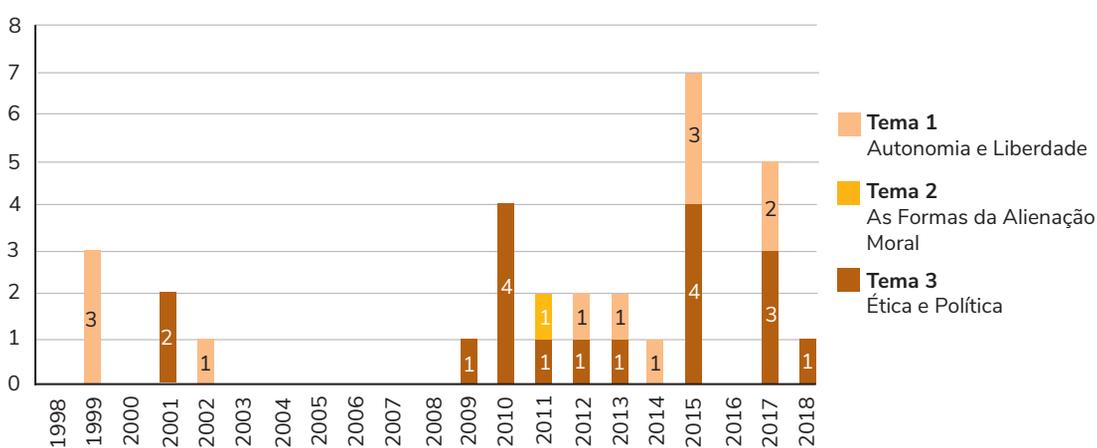


GRÁFICO 14

DISTRIBUIÇÃO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM NO EIXO II DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002), POR TEMA E POR ANO – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2002) e em Macedo (2015).

Com 18 itens de Filosofia nos 20 anos do exame, o eixo II.3 “Ética e política” teve mais itens que todo o eixo I, “Relações de poder e democracia”. Com exceção de dois itens, em 2001, que solicitavam que o respondente comparasse o pensamento de Hobbes com o de Bobbio, temas de ética e política só começaram a ser exigidos no Enem após sua reformulação em 2009, com quatro itens em 2010. Nas três edições seguintes, entre 2011 e 2013, essas temáticas foram abordadas por um item a cada ano. A partir daí, percebe-se uma maior presença nos anos ímpares, com três itens em 2015 e 2017, nenhum em 2014 e 2016 e um único item em 2018.

Dois subtemas foram propostos nesse tema: “Maquiavel: as relações entre moral e política” e “Cidadania: os limites entre o público e o privado”. Condizentemente com essa proposta, o autor mais exigido nesse tema foi Maquiavel, com três itens (2010.27; 2012.31; e 2013.10). Entre os representantes do segundo subtema, houve dois itens sobre

Hobbes (2015.26 e 2018.52) e dois extraídos de manuais de Filosofia (2010.38 e 2010.44). Dois itens com texto-base de Aristóteles sobre organização da *pólis* entraram nesse tema. Por tratarem da *pólis* grega, eles se aproximam do tema I.1, “A democracia grega”, mas como eles não tratam de uma perspectiva democrática, o tema II.3, “Ética e política”, pareceu ser mais adequado, o que reforça a tese sobre a permeabilidade entre este tema e o eixo I, “Relações de poder e democracia”.

EIXO III: O QUE É FILOSOFIA

Com 20 itens, o tema III.1, “Filosofia, mito e senso comum”, foi o mais recorrente na história do exame. Nesse tema, tem-se como exemplo o item 2012.28 ou o 2016.23, ambos sobre o pensamento pré-socrático, que se adequam bem ao subtema “Mito e Filosofia: o nascimento da Filosofia na Grécia”. Já o item 2018.49, sobre o pensamento filosófico na visão de Merleau-Ponty, dialoga de maneira mais próxima com o subtema “Do senso comum ao pensamento filosófico”. Dentre os 23 itens aplicados no Enem desde 2002 que contemplam o eixo III, “O que é Filosofia”, há ainda 7 que tratam da teoria do conhecimento, estando assim na transição entre o tema 1 e o 2, “Filosofia, ciência e tecnocracia”. Exemplos desses itens incluem o 2012.30, que compara o pensamento de Descartes e Hume. Tem-se ainda o item 2013.36, sobre a epistemologia Kantiana, que trata da questão do senso comum na transição para um pensamento filosófico. Há também o item 2014.29, relativo ao pensamento de Galilei, ou mais recentemente o 2018.89, sobre apropriação do senso comum em modelos científicos. Nesses quatro itens, a questão da saída do senso comum tem tanto ou mais peso que as características do método científico em si, motivo pelo qual, para fins deste estudo, eles foram contabilizados como representantes do tema III.1, “Filosofia, mito e senso comum”, mesmo com o desequilíbrio numérico aportado por essa decisão metodológica.

No tema III.2, “Filosofia, ciência e tecnocracia”, e seus subtemas, foram contabilizados somente os itens que lidam explicitamente com a Filosofia da ciência. Essa decisão se deve em parte ao nível de especificidade dos subtemas propostos para esse tema. Por exemplo, na prova de 2013, aparece o item 31, sobre a visão de natureza e ciência em autores da tradição moderna como René Descartes e Francis Bacon, que poderia ser visto como representante do subtema “O mito do cientificismo: as concepções reducionistas da ciência”. Na prova de 2014, observa-se o item 12, sobre clonagem, que atende nominalmente o subtema dos PCN+ sobre bioética. Há ainda o item 2016.25, com texto-base do filósofo contemporâneo Hans Jonas, referente à ameaça das tecnologias modernas e à responsabilidade ética com as gerações futuras, sendo um bom representante do subtema “A tecnologia a serviço de objetivos humanos e os riscos da tecnocracia”.

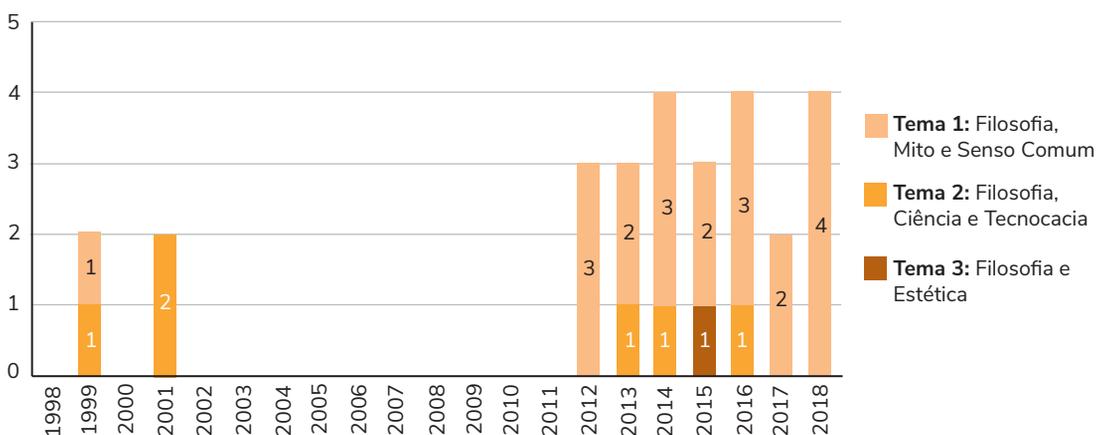


GRÁFICO 15

DISTRIBUIÇÃO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM NO EIXO III DE FILOSOFIA DOS PCN+ (2002), POR TEMA E POR ANO - 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2002) e em Macedo (2015).

O tema III.3, “Filosofia e estética”, oferece ótima oportunidade para refletir sobre a questão de fluidez não só entre os eixos, temas e subtemas de Filosofia dos PCN+, mas também dentro da área de Ciências Humanas e entre as áreas. Conforme mencionado na análise do tema II.2, “Formas de alienação moral”, o item 2016.15, com texto de Adorno e Horkheimer, na interface com a Sociologia, é o representante mais próximo do tema III.3, “Filosofia e estética”, nos 20 anos do Enem. Contudo, dentro deste tema, nenhum dos três subtemas sugeridos pelos PCN+ (“Os diversos tipos de valor”; “A arte como forma de conhecer o mundo”; “Estética e desenvolvimento da sensibilidade e imaginação) parece contemplar tão bem a abordagem do item sobre a escolha como sendo uma ilusão da contemporaneidade. Nesse aspecto, o subtema “As condutas massificadas na sociedade contemporânea” (tema II.2) parece contemplar melhor a proposta do item, apesar de a alienação em questão não ser essencialmente moral.

No que diz respeito à matriz de habilidades do Enem, esse item contempla a H21, “identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social”, sendo também a única vez que essa habilidade foi atendida por um item de Filosofia em toda a história do exame. Uma limitação do Enem iluminada por esse tema dos PCN+, portanto, é a falta de espaço para questões de estética em sua matriz de Ciências Humanas. Essa temática é tratada no exame somente na matriz de Linguagem e Códigos, um argumento a mais para promoção da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento.

3.3. OCEM (2006)

No total, os 73 itens de Filosofia do Enem aplicados entre 1998 e 2018 se distribuem entre 22 dos 30 conteúdos para Filosofia sugeridos nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (Ocem),¹³ como revela o Gráfico 16:

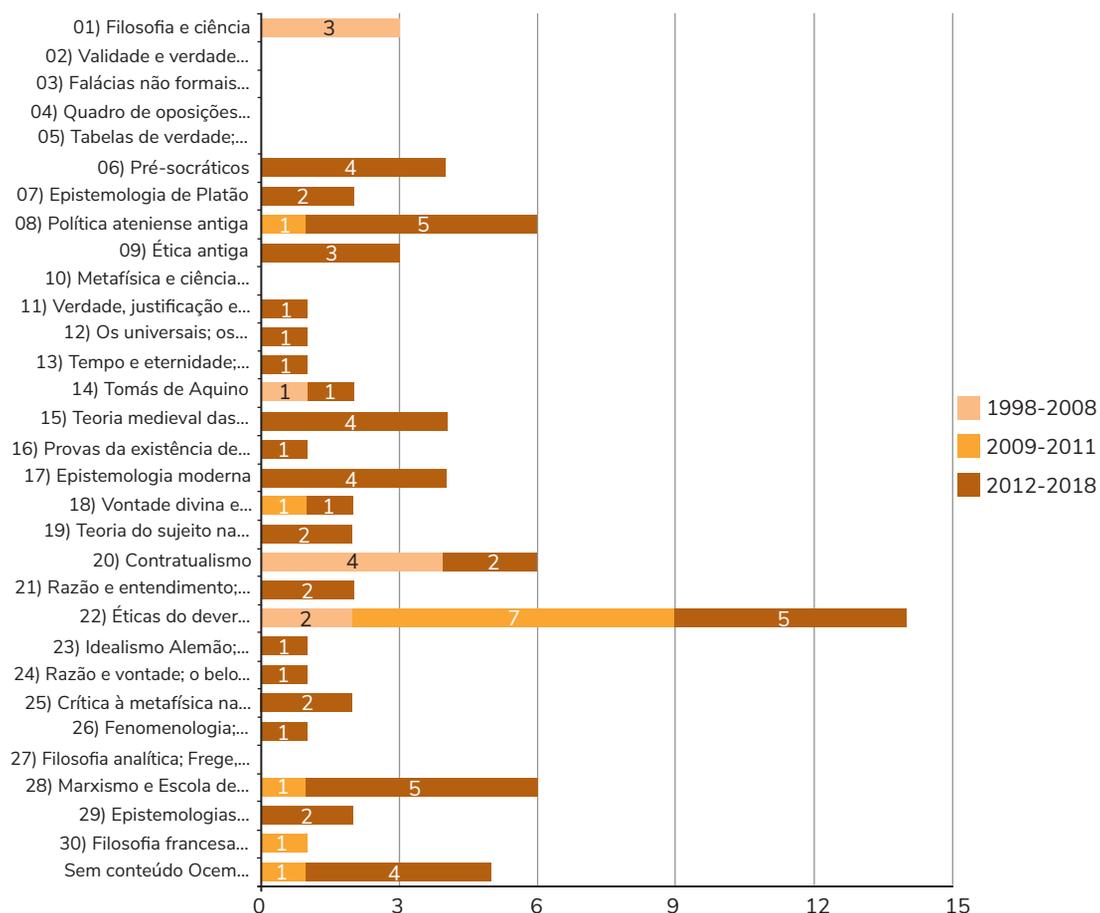


GRÁFICO 16

QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE FILOSOFIA DAS OCEM (2006) – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2006) e em Macedo (2015).

Conforme ilustra o Gráfico 16, ao longo de toda a história do Enem (1998-2018), o conteúdo das Ocem mais exigido, com ampla margem, foi o 22, sobre ética, com 12 itens, a partir de 2009, mais 2 itens com temáticas compatíveis no período anterior às

¹³ Listados no Anexo C.

Ocem e à nova matriz do Enem. Em segundo lugar, com seis itens cada, vieram o conteúdo 8, “política ateniense antiga”, e o conteúdo 28, “marxismo e Escola de Frankfurt”, todos aplicados depois de 2009. Assim, os três conteúdos de Filosofia das Ocem mais cobrados no Enem envolvem questões de cidadania, dentro do escopo da filosofia política e da ética, totalizando 26 itens. Seis conteúdos permanecem sem cobertura, um forte contraste com a situação até 2012, quando somente oito conteúdos tinham sido exigidos.

Nas sete edições a contar de 2012, observa-se essa mesma tendência. Em primeiro lugar, veio o conteúdo 22, com nove itens, seguido dos conteúdos 8 e 28, com cinco itens cada. Em terceiro lugar, com quatro itens cada, vêm o conteúdo 6 “filosofia pré-socrática; uno e múltiplo; movimento e realidade” e o conteúdo 17 “teoria do conhecimento nos modernos; verdade e evidência; ideias; causalidade; indução; método”.

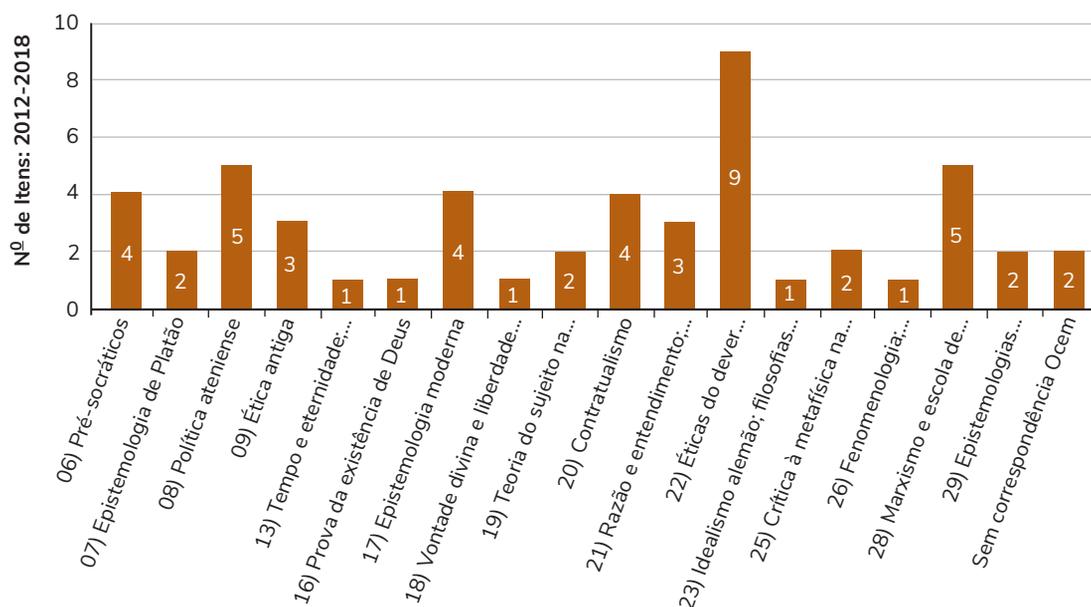


GRÁFICO 17
QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE FILOSOFIA DAS OCEM (2006) – 2012-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2006) e em Macedo (2015).

No estudo anterior, constatou-se que as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) eram o referencial curricular menos representado entre os três analisados. O primeiro item de Filosofia no Enem após a publicação das Ocem foi aplicado três anos depois, em 2009, ano em que o exame foi reformulado. Nos cinco anos imediatamente posteriores às Ocem, as provas do Enem trouxeram somente oito itens de Filosofia, distribuídos em apenas 3 dos 30 conteúdos das Ocem. Cinco desses oito itens exigiram o conteúdo 22, “éticas do dever; fundamentações da moral; autonomia do sujeito”. Essa disparidade na distribuição

de conteúdos mostra o foco do Enem em questões de ética, principalmente nesse período logo após sua reformulação, em detrimento de outras áreas centrais da Filosofia. Ela também expõe lacunas importantes nos conteúdos sugeridos pelas Ocem, especialmente nas áreas de filosofia política e de ética.¹⁴

Para efeito de comparação, considerem-se os itens de Filosofia do Enem anteriores às Ocem. Apesar de parecer um exercício anacrônico, é sintomático da falta de uma proposição articulada entre esses dois instrumentos. Em tese, o esperado seria que os itens do Enem posteriores às Ocem tivessem maior adesão à proposta do documento do que aqueles anteriores a ele. Contudo, no caso de Filosofia, não é isso que ocorre. Nos dez itens de Filosofia entre o surgimento do exame em 1998 e a publicação das Ocem em 2006, foram exigidas temáticas compatíveis com quatro conteúdos das Ocem: três itens compatíveis com o conteúdo 1, “Filosofia e conhecimento; Filosofia e ciência; definição de Filosofia”, um com o conteúdo 14, “teoria do conhecimento e do juízo em Tomás de Aquino”, quatro com temas relacionados ao conteúdo 20, “contratualismo”, e apenas dois no recorrente conteúdo 22, “éticas do dever; fundamentações da moral; autonomia do sujeito”. Nenhum desses itens ficaria fora das Ocem, caso elas já tivessem sido publicadas.

Em 2012, esse quadro se altera, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo. Foram sete itens de Filosofia na prova desse ano, distribuídos em seis conteúdos das Ocem: o mesmo número de conteúdos exigidos em todos os 14 anos anteriores somados. O único conteúdo das Ocem presente na prova de 2012 que havia sido abordado anteriormente foi o 22, sobre ética. Eram inéditos até essa edição os cinco seguintes conteúdos: o 6, “filosofia pré-socrática; uno e múltiplo; movimento e realidade”; o 7, “teoria das ideias em Platão; conhecimento e opinião; aparência e realidade”; o 17, “teoria do conhecimento nos modernos; verdade e evidência; ideias; causalidade; indução; método”; o 18, “vontade divina e liberdade humana”; e o 28, “marxismo e Escola de Frankfurt”. O Gráfico 18 ilustra como se deu a materialização dos conteúdos das Ocem no Enem ano a ano:

¹⁴ Para um estudo mais aprofundado da cobertura dos conteúdos de Filosofia das Ocem nas provas do Enem entre 2012 e 2018, ver Macedo (2021).

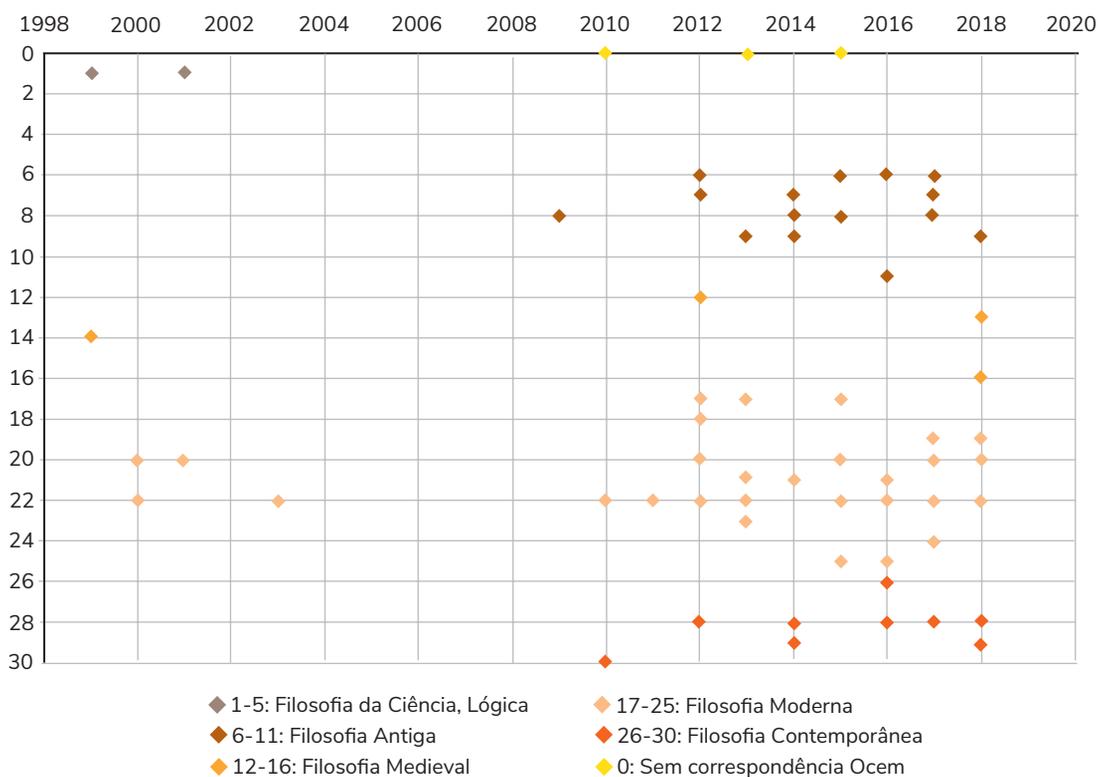


GRÁFICO 18

DISTRIBUIÇÃO ANO A ANO DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE FILOSOFIA DAS OCEM (2006) – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2006) e em Macedo (2015).

O Gráfico 18 mostra a dispersão dos conteúdos das Ocem nos 20 anos do Enem. Ao longo do eixo vertical, estão os 30 conteúdos, classificados por cores seguindo a organização apresentada nas Ocem, que é quase integralmente temporal.¹⁵ Os conteúdos 1 a 5 gravitam em torno da definição de Filosofia, em especial a filosofia da ciência e lógica. Identifica-se aqui uma lacuna na matriz atual do Enem, já que na vigência dela até a prova de 2018 esse conteúdo nunca foi exigido. Os conteúdos 6 a 10 marcam o período da antiguidade ocidental, que começa a ser exigido em 2009. Os conteúdos 11 a 16 assinalam conteúdos centrais do período medieval. Os conteúdos 17 a 24 marcam o período moderno. Já os conteúdos 25 a 30

¹⁵ “A sequência de temas acima perpassa a História da Filosofia. Desse conjunto, o professor pode selecionar alguns tópicos para o trabalho em sala de aula. É importante ter em mente que tal elenco propicia uma unidade entre o quadro da formação e o quadro do ensino, desenhando possíveis recortes formadores, agora bem amparados em um novo arranjo institucional” (Brasil. MEC, 2006, p. 35).

apontam temas da transição para a contemporaneidade. Indicados como '0' estão os itens que não têm conteúdo correspondente nas Ocem, que começam a surgir em 2010.¹⁶

No eixo horizontal, é possível notar três períodos distintos. Há um primeiro período entre 1999 e 2003, anterior às Ocem. Entre 2004 e 2008, existe uma lacuna na cobrança de conteúdos de Filosofia no Enem, não havendo um só item na área nesses cinco anos. A publicação das Ocem divide esse período exatamente ao meio. Em 2009, com a reformulação do exame, acontece uma retomada tímida e inconstante de conteúdos e abordagens de Filosofia na prova.

A partir de 2012, o número de itens estabiliza-se num patamar entre sete e nove e os conteúdos se diversificam. Os itens começam a cobrir um espectro maior de conteúdos da Ocem, comportamento que se mantém em todos os anos seguintes até 2018. No período anterior às Ocem (1998-2005), foram dez itens, distribuídos em temas compatíveis com quatro conteúdos propostos por esse documento. Nos cinco anos após as Ocem (2006-2011), foram sete itens em três conteúdos. Quanto ao período entre 2012 e 2018, objeto mais específico deste estudo, observa-se que os 55 itens de Filosofia do Enem se distribuíram ao longo de 20 conteúdos dos 30 sugeridos.

Seis conteúdos de Filosofia propostos pelas Ocem não foram ainda exigidos nas provas de Ciências Humanas do Enem. São eles:

- 2) validade e verdade; proposição e argumento;
- 3) falácias não formais; reconhecimento de argumentos; conteúdo e forma;
- 4) quadro de oposições entre proposições categóricas; inferências imediatas em contexto categórico; conteúdo existencial e proposições categóricas;
- 5) tabelas de verdade; cálculo proposicional;
- 10) conceitos centrais da metafísica aristotélica; a teoria da ciência aristotélica;
- 27) filosofia analítica; Frege, Russell e Wittgenstein; o Círculo de Viena.

De certa maneira, todos esses conteúdos dialogam com a lógica aristotélica e têm alguma aproximação com a Matemática, sendo um acréscimo das Ocem em relação aos PCN e aos PCN+, seguindo as Diretrizes Curriculares aos Cursos de Graduação de Filosofia de 2005 ao estipular lógica entre uma das cinco grandes áreas da Filosofia (Brasil. MEC, 2006, p. 20). Um professor de ensino médio que quisesse contemplar esses conteúdos a partir dos PCN e PCN+, somente, poderia na melhor das hipóteses justificar essa inclusão como temas subentendidos no eixo III dos PCN+, "O que é Filosofia" (com duas opções de subtema: "Do senso comum ao pensamento filosófico", dentro do tema III.1, "Filosofia, mito e senso comum"; ou no subtema "Características do método científico", no tema III.2, "Filosofia, ciência e tecnocracia"). De qualquer forma, não há uma demarcação clara para abarcar tais

¹⁶ Os conteúdos de Filosofia sugeridos pelas Ocem para o ensino médio estão disponíveis no Anexo C.

conteúdos nem nos PCN e PCN+, por um lado, nem no Enem ou na BNCC, por outro, o que levanta a questão sobre até que ponto esses conteúdos são de fato apropriados para o ensino médio.

Na matriz atual do Enem, para avaliar esses conteúdos, o percurso mais próximo que um item de Ciências Humanas poderia utilizar seria mediante uma proposta compatível com a competência 1, “compreender os elementos culturais que constituem as identidades”. Admitidamente, essa não é uma escolha óbvia, a não ser que a lógica seja considerada um dos elementos culturais que constituem as identidades. Das habilidades que compõem essa competência, aquela com maior possibilidade de trabalhar conteúdos de lógica seria a H1, “interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura”. Entretanto, é muito difícil conceber itens de lógica exigindo essa habilidade, a menos que uma análise lógica possa ser entendida como uma interpretação histórica ou geográfica, o que mais uma vez requer uma interpretação bastante generosa do texto da habilidade.

A situação em relação à BNCC não é muito mais propícia ao desenvolvimento de habilidades de lógica, pelo menos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nessa área, a competência mais próxima seria a 1, “analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica”. Para tanto, o profissional teria de se valer da “pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos”, quaisquer que sejam os processos propostos para análise na situação-problema. Dentro dessa competência, a habilidade que mais permitiria mobilizar conteúdos de lógica seria a EM13CHS103:

Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). (Brasil. MEC, 2018, p. 560).

Uma segunda opção de habilidade na BNCC que poderia abrir espaço para a abordagem desses conteúdos seria a EM13CHS101:

Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de *ideias filosóficas* e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (Brasil. MEC, 2018, p. 560).

Por outro lado, entre os conteúdos de Filosofia das Ocem que ainda não foram exigidos no Enem está o 10, “conceitos centrais da metafísica aristotélica; a teoria da ciência aristotélica”. Nos mais de 20 anos do Enem, foram quatro itens sobre Aristóteles, todos nos conteúdos 8 e 9,

ou seja, em política ou ética. Três itens exigiram o conteúdo 8, “a política antiga; a República de Platão; a Política de Aristóteles”: o item 58 da prova de 2009, que trabalha restrições na participação democrática; o 19 de 2014, que compara pontos de vista de Tucídides e Aristóteles sobre a participação democrática; e o 88 de 2017, que enfatiza a primazia da política sobre as outras ciências. Já o item 27 de 2013, sobre a felicidade como objetivo da ação humana, trabalha o conteúdo 9, “a ética antiga; Platão, Aristóteles e filósofos helenistas”. Assim, os quatro itens da história do Enem que trabalham algum aspecto da obra de Aristóteles focam seus pensamentos sobre a política ou sobre a ética, exatamente as áreas mais deficitárias das Ocem.

Trabalhar a ciência ou a metafísica de Aristóteles no Enem, comparadas com o pensamento ético e político do autor, traz a dificuldade adicional de não haver na matriz atual do exame uma competência ou habilidade apropriada, sendo a mais próxima novamente a H1, “interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura”. Na BNCC, também, esse conteúdo fica desguarnecido, tendo como opções de espaço os mesmos mencionados anteriormente.

Situação parecida acomete o conteúdo 27, “filosofia analítica; Frege, Russell e Wittgenstein; o Círculo de Viena”. Mais uma vez, talvez por sua proximidade com a Matemática, esse conteúdo não se presta facilmente às habilidades da Matriz de Ciências Humanas do Enem. Como a interdisciplinaridade no Enem é incipiente, não sendo completa nem internamente nas provas de cada uma das quatro áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática), essa aproximação entre a Filosofia e a Matemática permanece inexplorada.

3.4 PERSPECTIVAS PARA A FILOSOFIA NO ENEM A PARTIR DA BNCC (2018)

Conforme mencionado anteriormente, a Resolução nº 3/2018 do CNE estabelece que as matrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) [...] deverão necessariamente ser elaboradas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o disposto nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos. (Brasil. MEC. CNE, 2018, art. 32).

A BNCC, retomando o disposto na Lei nº 13.415/2017 (artigo 35), formaliza a Filosofia como um dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Brasil. MEC, 2018, p. 547). Como um exercício para subsidiar a formulação da nova matriz do Enem, este estudo contou com um panorama geral das temáticas e abordagens dos itens de Filosofia desde o surgimento do exame e sua equivalência em termos da BNCC, o qual é apresentado a seguir.

Na contagem geral dos 73 itens de Filosofia do Enem desde 1998, há um relativo equilíbrio na sua distribuição em relação às temáticas compatíveis com as seguintes competências propostas pela BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

- C1 (26 itens): “analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica”.
- C6 (25 itens): “participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”.
- C5 (20 itens): “identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos”.

Nota-se uma semelhança conceitual entre algumas competências e habilidades de Ciências Humanas do Enem e de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da BNCC, o que se traduz em um panorama de cobertura semelhante desta última em relação ao panorama das competências de Ciências Humanas nas diferentes fases do exame. Quanto à competência C1, quatro dos itens aplicados entre 1998 e 2008 seriam condizentes com ela; o mesmo não pode ser dito de nenhum item do período de 2009 a 2011, enquanto 22 itens nesse último período entre 2012 e 2018 trazem temáticas compatíveis com essa competência. Todos esses 26 itens condizentes com a C1 poderiam ser utilizados para atender a habilidade EM13CHS101, “identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais”.

A C6 somaria 25 itens ao longo da história do Enem, com 2 itens no período entre 1998 e 2008, 3 entre 2009 e 2011 e 20 itens a partir de 2012. Nessa competência, duas habilidades seriam mobilizadas. Vinte e três itens acionariam a habilidade EM13CHS603, “analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.)”, enquanto dois itens atenderiam diretamente a EM13CHS605, “analisar os princípios da declaração dos direitos humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.”

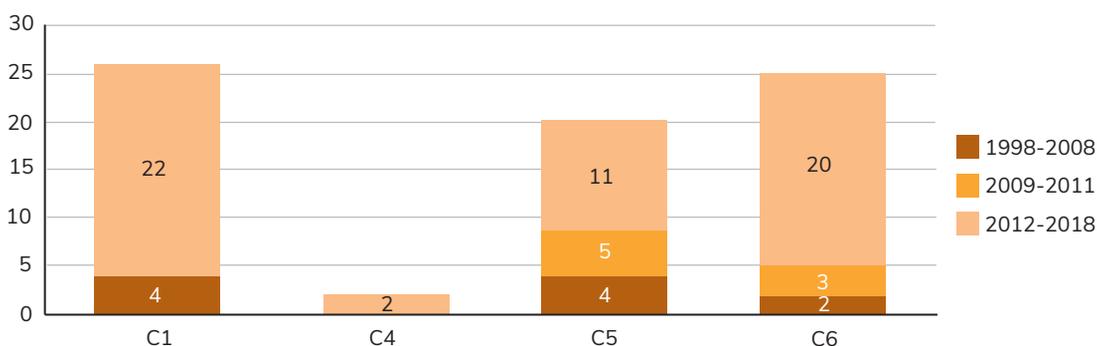


GRÁFICO 19

QUANTIDADE DE ITENS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM POR CONTEÚDO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA BNCC (2018) – 1998-2018

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. MEC (2018) e em Macedo (2015).

Em terceiro lugar, viria a C5, com 4 itens na primeira fase, 5 na segunda e 11 na terceira. Nessa competência, a maior parte dos itens mobilizaria a habilidade EM13CHS501, “analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade”. Três itens mobilizariam a EM13CHS504, “analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas”: o item 2014.12, sobre clonagem humana, o 2016.25, sobre tecnologias e responsabilidade com as gerações futuras, e o 2016.15, sobre a escolha como uma ilusão da contemporaneidade.

Esses três últimos itens da C5 seriam também os candidatos mais fortes da Filosofia para representar a C4, “analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades”, em particular a habilidade EM13CHS401, “identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos”, e a EM13CHS403, “caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos direitos humanos”.

Para ter mais espaço no Enem, como apontado, faz-se necessária uma leitura flexível para interpretar muitos dos itens como possíveis operacionalizações de habilidades como a H1, a H2, a H11 ou a H15. Por exemplo, dentre as habilidades da matriz de referência do Enem, uma das mais representadas entre os itens de Filosofia aplicados no período de 2012 a 2018, com nove itens, foi a H1: “interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes

documentais acerca de aspectos da cultura”. Contudo, como argumentado anteriormente, muitos itens de áreas canônicas da Filosofia, como Epistemologia, não encontram outro espaço na matriz do Enem senão esse da H1, expandindo-se o “historicamente e/ou geograficamente” para incluir também “filosoficamente e/ou sociologicamente” ou considerando-se a Filosofia ou a Epistemologia como “aspectos da cultura”. Na BNCC, mesmo mantendo a ênfase interdisciplinar, os espaços por onde a Filosofia pode transitar são demarcados muito mais claramente.¹⁷ Por exemplo, os itens que atualmente mobilizam a H1 passariam a mobilizar também a habilidade EM13CHS101, como se observa no Quadro 2:

QUADRO 2

COMPARAÇÃO DO TEXTO DA HABILIDADE H1 DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM E DA HABILIDADE EM13CHS101 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018)

Enem (2009) – H1: interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

BNCC (2018) – Habilidade EM13CHS101: identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de *ideias filosóficas* e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (Brasil, 2018, grifos da autora).

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. Inep (2009) e Brasil. MEC (2018).

Percebe-se que, ao mesmo tempo que a BNCC traz o elemento central da H1 do Enem, que é a análise de fontes documentais acerca de aspectos da cultura, ela o faz de maneira muito mais rica, ao incluir explicitamente, entre outras possibilidades, a compreensão e a crítica de ideias filosóficas como objetivos abarcados por essa habilidade.

O texto das competências também demarca com mais clareza um espaço para a Filosofia. Observe-se a competência 1, como exemplo:

¹⁷ Em Macedo (2021a, no prelo), é apresentada uma versão dessa análise em termos do texto da BNCC disponível no site do Ministério da Educação (MEC), que contém algumas variações na redação se comparada à versão disponível no portal da própria BNCC.

QUADRO 3

COMPARAÇÃO DO TEXTO DA COMPETÊNCIA 1 DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM E DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018)

Enem (2009) – Competência de área 1: compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

BNCC (2018) – Competência específica 1: analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de *procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos*, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (Brasil, 2018, grifos da autora).

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil. Inep (2009) e Brasil. MEC (2018).

Aqui, nota-se que a redação da competência preserva as mesmas características listadas em relação ao texto da habilidade: 1) mantém o núcleo central, “compreender os elementos culturais que constituem as identidades”, mas 2) de forma mais abrangente, com uma lista maior de possibilidades, 3) incluindo explicitamente nessa lista aspectos específicos da Filosofia, nesse caso por meio da especificação “a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.”

Esse comportamento permeia todas as habilidades e competências mobilizadas por itens de Filosofia no Enem. Por exemplo, a habilidade mais exigida entre 2012 e 2018 (dez itens) foi a H23, “analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades”. Em tese, pelo texto da habilidade em si, itens que a mobilizam poderiam transitar em quaisquer das habilidades da competência específica 5 da BNCC.

QUADRO 4

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018) E SUAS HABILIDADES

(continua)

BNCC (2018): Competência específica 5 – Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

QUADRO 4

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5 DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA BNCC (2018) E SUAS HABILIDADES

(conclusão)

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Fonte: Brasil. MEC (2018).

Na prática, os itens de Filosofia já aplicados no Enem, quando pensados em termos da BNCC, tendem a se concentrar em uma proporção menor de habilidades: enquanto no Enem eles cobrem 14 de 30 habilidades de Ciências Humanas, balizados em termos da BNCC eles cobririam apenas 4 ou 5 das 32 habilidades prescritas para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse fato em si não é um problema: afinal, apesar de ter pontos de contato com a matriz do Enem, a BNCC não é nem deve ser idêntica a ela. Entretanto, é um forte indicativo de que se faz necessário expandir o tipo de abordagem utilizado pelos itens de Filosofia, de forma a poderem mobilizar uma variedade maior de habilidades, sob o risco de uma redução da proporção de itens de Filosofia na prova no horizonte pós-BNCC. Se o novo desenho da prova exigir uma cobertura paritária das habilidades estabelecidas na Base, será necessário um esforço dos profissionais que elaboram e selecionam as questões de pensar como um espectro maior de habilidades pode ser operacionalizado por itens de Filosofia, mantendo a representatividade da área na prova.

Peças centrais nesse esforço são justamente os recursos da interdisciplinaridade e da contextualização. Itens de outros registros ou com uma abordagem interdisciplinar, como aqueles sobre Rafael/Escola de Atenas (2014.25), Simone de Beauvoir (2015.42), Iluminismo (2017.49) e Cunha (2018.89), permitem transitar em outras habilidades da matriz e oferecem, assim, alguns caminhos para expandir as possibilidades da área no exame no contexto da sua iminente reformulação.

Uma distribuição balanceada e diversa de autores e tarefas tem a contribuir tanto para o fortalecimento da Filosofia no ensino médio em toda sua especificidade, por um lado,

quanto, por outro, para sua articulação com as demais áreas e com o contexto sociocultural dos pensadores e pensadoras sujeitos ou objetos de estudo. Pode-se considerar que a BNCC abre espaço para a Filosofia tanto no sentido de demarcar um espaço mais claro nas habilidades e competências já exercitadas pelos itens de Filosofia do Enem quanto no sentido de propor possibilidades de temáticas específicas dentro do campo filosófico que não foram ainda abordadas nesses 20 anos do exame.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este número da *Série Documental – Relatos de Pesquisa* oferece uma visão geral da evolução do componente de Filosofia ao longo dos 20 anos do Enem. Com base nas análises detalhadas nos diferentes produtos que compuseram essa pesquisa de pós-doutorado, este texto reúne panoramas novos e/ou atualizados acerca da situação da Filosofia no Enem, tendo como escopo os 20 anos entre o surgimento do exame, em 1998, e a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018. A atualização e o aprofundamento do estudo *Filosofia no Enem: 1998-2011*, conforme propostos aqui, buscam, portanto, não só contribuir para a compreensão da evolução da abordagem dos conteúdos de Filosofia no Enem ao longo de duas décadas, como também oferecer subsídios para a permanência da área no exame considerando as normativas da BNCC.

Entre as principais diferenças deste estudo em relação ao anterior, duas se destacam, que dizem respeito à expansão quantitativa e qualitativa da presença da Filosofia no exame, desde a realização daquele primeiro estudo, e às adaptações que se farão necessárias em decorrência da publicação da BNCC. Em primeiro lugar, constatou-se um aumento significativo do número médio de itens por prova: enquanto no estudo anterior o corpo de itens analisados era de 22 em 14 anos, considerando ainda duas aplicações extras (gerando uma média de 1,37 item por prova), no presente trabalho foram acrescentados à análise anterior 55 itens, constantes apenas nas aplicações principais entre 2012 e 2018 (configurando uma média de 7,85 itens por prova). Tal aumento ensejou a produção de um volume à parte contendo análises, edição a edição, dos itens aplicados nesses sete anos em termos dos referenciais citados intitulado *Filosofia no Enem 2012-2018: uma análise da cobertura de Filosofia no exame e de sua adesão aos documentos norteadores*, ainda no prelo.

Uma segunda expansão deste estudo em relação ao volume relativo a 1998-2011 diz respeito à inclusão da BNCC entre os referenciais consultados, fornecendo um diagnóstico

de como os itens com temáticas ou abordagens filosóficas aplicados ao longo dos 20 anos do exame se distribuiriam se o referencial adotado fosse a Base. Observou-se não só que algumas competências e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da BNCC são conceitualmente próximas às do Enem, mas também que, em termos de operacionalização por itens de Filosofia, a redação das habilidades da BNCC oferece muito mais possibilidades que a matriz do Enem, contudo, exige um esforço de diversificação dos itens para poder contemplar uma gama maior de habilidades da BNCC.

Conforme exposto neste panorama, a partir de 2012, constata-se não só um aumento quantitativo de itens relacionados ao campo da Filosofia, mas também uma maior inserção de textos canônicos da filosofia ocidental. Na avaliação desta investigação, a ampliação do uso de textos filosóficos no exame cumpriu o papel de fortalecer um contato mais direto do estudante de ensino médio com as fontes filosóficas e de contemplar porções cada vez maiores dos diferentes dispositivos curriculares para a Filosofia produzidos após os PCN, mesmo com as diferenças existentes entre eles.

Por outro lado, porém, a predominância de itens exigindo a competência que os PCN denominam de “ler textos filosóficos de maneira significativa”, em detrimento das outras competências como articular, contextualizar ou ler de maneira filosófica textos de outros registros, reflete algumas dificuldades da área e para a área, tanto no exame quanto no ensino médio como um todo. Como aponta Silvio Carneiro, em seu texto “O Enem e a leitura de textos filosóficos: análise de alguns parâmetros para a sala de aula”, de 2015:

[D]evido à maior recorrência de textos clássicos da Filosofia, é possível dizer que as novas edições do Enem apelam mais à especificidade da Filosofia (o que aproximaria mais ao campo das Ocem), por vezes de maneira exagerada, uma vez que o enunciado da questão é apresentado sem contextualização [...] Raros são os exercícios propostos de articulação de conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas. (Carneiro, 2015, p. 34-35).

A questão do que é Filosofia e do que é filosofar é perene da disciplina, retomada, por exemplo, nos PCN, nos PCN+ e nas Ocem. O desafio posto para a área, portanto, no exame, no ensino médio e na atividade filosófica em geral, é o de não se deixar acomodar em uma visão engessada da Filosofia e do filosofar. Dentro das possibilidades disponíveis em uma avaliação em larga escala, a cobertura de temas relacionados a esse campo do conhecimento tem muito a ganhar ao usar uma seleção de textos primários mais diversificada, equilibrando textos de filósofos clássicos e contemporâneos, homens e mulheres de diferentes partes do mundo, e também textos primários de outros registros, seja Literatura, História, Ciência ou Arte, especialmente considerando as possibilidades e os desafios apresentados pela BNCC, abrindo assim mais espaço para interdisciplinaridade e contextualização, tão caras ao exame e à Base desde suas origens.

Esse tipo de abordagem contextualiza e fortalece a presença da Filosofia nessa etapa, tornando-a significativa não só para o estudante de ensino médio, mas também para os profissionais da área envolvidos e para o cidadão que se forma nesse contexto, tendo reflexo assim, em maior ou menor grau, em todos os setores da sociedade (Popkewitz, 2020; Santos; Ferreira, 2020a; Aguiar, Tuttmann, 2020; Castro, 2020).



REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma Base Nacional Comum. *Revista e-Curriculum*, São Paulo. v. 12, n. 3, p. 1464-1479. out./dez. 2014.

AGUIAR, M. S.; TUTTMAN, M. T. Políticas educacionais no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular: disputas de projetos. *Em Aberto*. Brasília, DF, v. 33, n. 107, p. 69-94. jan./abr. 2020.

ALVES, D. J. *A filosofia no ensino médio: ambiguidade e contradições na LDB*. Campinas: Autores Associados, 2002.

BALL, S. J. Big policies/small world: an introduction to international perspectives in education policy. *Comparative Education*, Penn State, v. 34, n. 2, p. 119-130, 1998.

BALL, S.; BOWE, R. Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BENJAMIN, D. Philosophy in high school: what does it all mean? *Thinking: The Journal of Philosophy for Children*, v. 8, n. 4, p. 43-44, 1990.

BOSLEY, P. S. *Center for high school philosophy, 1972-1974: a progress report*. Amherst, MA: Center for High School Philosophy, School of Education, University of Massachusetts, Amherst, 1975.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília. 3 jun. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Medida Provisória 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 23 set. 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF: Semtec/MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Semtec/MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Orientações curriculares nacionais para o ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. v. 3. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). *Parecer CNE/CEB n °15/1998*. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Par1598.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 nov. 2018. Seção 1, p. 21-24

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara da Educação Básica (CEB). Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012. Define Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 jan. 2012. Seção 1, p. 20

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Microdados do Enem*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Enem: provas e gabaritos*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Matrizes de Referências do Enem*. v. 4. Brasília, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Guia de elaboração e revisão de itens*. v. 1. Brasília, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): relatório pedagógico 2009-2010*. Brasília, 2013.

CARNEIRO, S. R. G. O Enem e a leitura de textos filosóficos: análise de alguns parâmetros para a sala de aula. *Revista do NESEF Filosofia e Ensino*, Curitiba, v. 6. n. 6, p. 26-42, jun./dez. 2015.

CASTRO, M. H. G. Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular no Brasil. *Em Aberto*, Brasília, v. 33, n. 107, p. 95-112. jan./abr. 2020.

DROIT, R. *Philosophy and democracy in the world*. Paris: UNESCO, 1995.

FERREIRA, F. W. ABREU, R. J. L.; LOUZADA-SILVA, D. Desafios da articulação entre o novo ensino médio e a BNCC: o caso do Distrito Federal. *Em Aberto*, Brasília, v. 33, n. 107, p. 215-224. jan./abr. 2020.

FINI, M. I.; SANTOS, A. V. F. Currículo comum, avaliações externas e qualidade da educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 33, n. 107, p. 191-202. jan./abr. 2020.

GALLO, S. Filosofia e Exame Nacional do Ensino Médio: desafios e perspectivas da avaliação. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Avaliações da Educação Básica em debate: ensino e matrizes de referências das avaliações em larga escala*. Brasília: Inep, 2013.

GARCIA, M. M. A.; FERREIRA, M. S.; MARSICO, J. O comum e a qualidade nos currículos do ensino e da formação de professores. *Em Aberto*, Brasília, v. 33, n. 107, p. 203-214. jan./abr. 2020.

GARRET, L. 10 years in high school philosophy. *Educational Theory*, v. 17, n. 3, p. 241-247, 1967.

GEHRETT, C. Doing philosophy in high school: One teacher's account. *Inquiry: Critical Thinking Across the Disciplines*, v.19, n. 2, p. 27-35, 2000.

HAHN, L. E. Dewey on teaching philosophy in high school. *Educational Theory*, v. 17(3), 219-221, 1967.

HAND, M.; WINSTANLEY, C. (Eds.). *Philosophy in schools*. New York: Continuum International, 2008.

HEGEL, G. On teaching philosophy in the gymnasium. *Thinking: The Journal of Philosophy for Children*, v. 2, n. 2, p. 30-33, 1980.

HIRST, P. H. Liberal education and the nature of knowledge. In: HIRST, P. H. *Knowledge and the curriculum: a collection of papers*. London: Routledge, 1974.

JOPLIN, D. "The coolest subject on the planet": How philosophy made its way in Ontario's high school". *Analytic Teaching*, v. 21, n. 2, p. 131-139, 2000.

LINK, M. A. Should philosophy be taught to high school students? *Social Studies*, v. 67, n. 4, p. 164-167, 1976.

LINK, M. Should philosophy be taught to high-school students? A Reply. *Social Studies*, v. 68, n. 4, p. 174-175, 1977.

MACEDO, E. P. N. *Philosophy of the Many: high school philosophy and a politics of difference*. 154 f. 2011. PhD Thesis (Doctor of Philosophy) – Graduate Department of Theory and Policy Studies, Ontario Institute for Studies in Education. University of Toronto, Toronto, 2011.

MACEDO, E. P. N. *Filosofia no Enem: um estudo analítico dos conteúdos relativos à filosofia ao longo das edições do Enem entre 1998 e 2011*. Brasília: Inep, 2015.

MACEDO, E. P. N. Debater para encontrar caminhos: a evolução da presença da filosofia ao longo dos vinte anos do Enem (1998-2018). *Pro-Posições [online]*. 2022, v. 33 e20190104. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0104>>.

MACEDO, E. P. N. Filosofia no Enem e nas Ocem: lacunas temporais e conceituais. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228013>

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARTIN, J. R. The ideal of the educated person. *Educational Theory*, v. 31, p. 97-110, 1981a.

- MARTIN, J. R. Needed: a new paradigm for liberal education. In: SOLTIS, J. F. (Ed.), *Philosophy and education*. Chicago, University of Chicago Press, 1981b. p. 37-59.
- MARTIN, J. R. *Reclaiming a conversation: the ideal of the educated woman*. New Haven, 1985.
- MARTIN, J. R. Becoming educated: A journey of alienation or integration? In: HARE, W.; PORTELLI, J. P. (Eds.), *Philosophy of education: introductory readings*. 3. ed. Calgary, Alberta: Detselig Enterprises, 2001. p. 69-82.
- McCOLL, S. Opening philosophy. *Thinking: The Journal of Philosophy for Children*, v. 11, p. 3-4, 1994.
- McDONOUGH, G.; BOYD, D. Socrates seen in Ontario high schools (and he has not left the building!). *Journal of Teaching and Learning*, v. 6, n. 1, p. 55-67, 2009.
- MILLS, C. W. Alternative epistemologies. In: ALCOFF, L. (Ed.). *Epistemology: the big questions*. Malden, MA: Blackwell, 1998. p. 392-410.
- MOORE, W. Philosophy in curriculum of high school: purpose and plan of this issue. *Educational Theory*, v. 17, n. 3, p. 203-204, 1967.
- PEDRO, G.; MARSICO, J. Explorando os limites epistemológicos e políticos da BNCC para pensar possibilidades. *Em Aberto*, Brasília, v. 33, n. 107, p. 225-232. jan./abr. 2020.
- PINTO, L.E., McDONOUGH, G.; BOYD, D. What would Socrates do? An exploratory study of methods, materials and pedagogies in high school philosophy. *Journal of Teaching and Learning*, v. 6 n. 1, p. 69-82, 2009.
- POPKEWITZ, T. Estudos curriculares, história do currículo e teoria curricular: a razão da razão. *Em Aberto*, Brasília, DF. v. 33, n. 107, p. 47-66. jan./abr. 2020.
- REBER, D. D. Philosophy: a course for high school students. *Nassp Bulletin*, v. 55, n. 353, p. 47-53, 1971.
- RIBEIRO, F. G. B. *A presença e a abordagem da Sociologia no Exame Nacional do Ensino Médio a partir das diretrizes e orientações curriculares oficiais para a disciplina*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
- SANTOS, A. V. F.; FERREIRA, M. S. BNCC: múltiplas posições e olhares para pensar a qualidade da educação e a autonomia docente. *Em Aberto*, Brasília, DF. v. 33, n. 107, p. 27-42. jan./abr. 2020a.
- SANTOS, A. V. F.; FERREIRA, M. S. Currículo nacional comum: uma questão de qualidade? *Em Aberto*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, DF. v. 33, n. 107, p. 27-42. jan./abr. 2020b.

SCHIMMELS, C. Should philosophy be taught to high-school students: reply. *Social Studies*, v. 68, n. 1, p. 42-43, 1977.

SIEGEL, H. Why teach epistemology in schools. In: HAND, M.; WINSTANLEY, C. (Eds.). *Philosophy in schools*. New York: Continuum International, 2008. p. 78-84.

SILVA, F. T. O nacional e o comum no ensino médio: autonomia docente na organização do trabalho pedagógico. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 33, n. 107, p. 155-172. jan./abr. 2020.

SUISSA, J. Philosophy in the secondary school: a Deweyan perspective. In: HAND, M.; WINSTANLEY, C. (Eds.). *Philosophy in schools* New York: Continuum International, 2008. p. 132-144.

SÜSSEKIND, M. L.; MASKE, J. "Pendurando roupas nos varais": Base Nacional Comum Curricular, trabalho docente e qualidade. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 33, n. 107, p. 155-172. jan./abr. 2020.

THOMPSON, H. W. *High school philosophy: report of a feasibility study, 1968-1971* CSCA – Carnegie philosophy project. 1971. (Eric Document Reproduction Service No. ED063220. 4p).

THOMPSON, H. W. An experiment in high school philosophy. *Journal of Critical Analysis*, v. 2, p. 41-46, 2008.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Intersectorial strategy for philosophy*. Paris, 2005.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (Unesco). *Philosophy: a school of freedom*. Paris, 2007.

WIGGINS, G. Philosophy? in high school? *Independent School*. v. 36, n. 2, p. 39-40, 1976.

WIGGINS, G. Philosophy and the high school curriculum. *Viewpoints in Teaching and Learning*, v. 56, n. 4, p. 41-54, 1980.

WIGGINS, G. The place of philosophy in the high school curriculum. *Teaching Philosophy*, v. 4, p. 13-21, 1981.



.....

APÊNDICE

.....



QUADRO 1

QUADRO-RESUMO DA ADEÇÃO DOS ITENS DE FILOSOFIA DA PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM
AOS REFERENCIAIS CURRICULARES CONSULTADOS – 1998-2008

Item (prova amarela)	Texto-base	Fonte	Texto	PCN (1999)	PCN+ (2002)	Ocem (2006)	C (2009)	H (2009)	BNCC (2018)
01	1999.10	Aquino, João Paulo II	primárias	sem adaptações	1ab, 2, 3	III.1	C1?	H04?	101
02	1999.31	Copernico, Da Vinci	primárias	sem adaptações	1ab, 2, 3	III.2	C1?	H04?	101
03	2000.04	Cícero, Ulpiano	primárias	sem adaptações	1ab, 2, 3	II.1	C3?	H12?	501
04	2000.52	Locke	primárias	sem adaptações	1a, 3	II.1	C3?	H12?	501
05	2000.53	Locke	primárias	sem adaptações	1a, 3	II.1	C1?	H01?	501
06	2001.18	Bacon	primárias	sem adaptações	1a, 2, 3	III.2	C1?	H01?	101
07	2001.30	Hobbes, Bobbio	primárias	adaptado	1a, 2	II.3	C3?	H12?	603
08	2001.31	Hobbes, Bobbio	primárias	adaptado	1ab, 2	II.3	C3?	H14?	603
09	2001.57	Shakespeare	primárias	sem adaptações	1b, 2, 3	III.2	C1?	H01?	101
10	2003.48	Montesquieu	primárias	sem adaptações	1a, 3	II.3	C3?	H14?	501

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Macedo (2015).

QUADRO 2

QUADRO-RESUMO DA ADEÇÃO DOS ITENS DE FILOSOFIA DA PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM
AOS REFERENCIAIS CURRICULARES CONSULTADOS – 2009-2011

Item (prova azul)	Texto-base	Fonte	Texto	PCN (1999)	PCN+ (2002)	Ocem (2006)	C (2009)	H (2009)	BNCC (2018)
01	2009.58 Aristóteles	secundária	adaptado	1b, 2	II.3	08	C3	H12	603
02	2010.29 Valéry	secundária	sem adaptações	1a, 3	I.3	22	C3	H14	603
03	2010.30 Maquiavel	primária	sem adaptações	1a, 3	II.3	22	C3	H12	501
04	2010.34 Foucault	secundária	sem adaptações	1a, 2	II.3	30	C5	H24	501
05	2010.39 Manual	secundária	adaptado	1a	II.3	22	C5	H23	501
06	2010.44 Manual	secundária	sem adaptações	1a, 3	II.3	22	C5	H23	501
07	2010.45 Quino	primária	sem adaptações	1b, 2	I.3	-	C5	H24	603
08	2011.02 Folha de S. Paulo	primária	sem adaptações	1b, 2	II.3	22	C5	H23	501

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Macedo (2015).

QUADRO 3

QUADRO-RESUMO DA ADEÇÃO DOS ITENS DE FILOSOFIA DA PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM
AOS REFERENCIAIS CURRICULARES CONSULTADOS – 2012-2018

(continua)

Item	Texto-base	Fonte	Texto	PCN (1999)	PCN+ (2002)	Ocem (2006)	C (2009)	H (2009)	BNCC (2018)
01	2012.02	Kant	adaptado	1a, 3	II.2	22	05	23	501
02	2012.07	Montesquieu	adaptado	1a	I.2	20	05	24	603
03	2012.09	Habermas	sem adaptações	1a, 3	I.2	28	05	25	603
04	2012.25	Platão e Parmênides	adaptado	1a	III.1	7	01	01	101
05	2012.28	Anaximenes e Basílio	adaptados	1a, 2, 3	III.1	6	01	04	101
06	2012.30	Descartes e Hume	1. sem adaptações/ 2. adaptado	1a, 2	III.1	17	01	04	101
07	2012.31	Maquiavel	adaptado	1a, 2, 3	II.3	18	05	23	501
08	2013.04	Descartes	adaptados	1a	III.1	17	01	04	101
09	2013.10	Maquiavel	sem adaptações	1a	II.3	22?	05	25	603
10	2013.22	Montesquieu	adaptado	1a, 3	I.2	22	03	12	603
11	2013.24	Bentham	sem adaptações	1a, 3	I.3	22?	03	12	603
12	2013.27	Aristóteles	sem adaptações	1a	II.1	9	05	23	501
13	2013.36	Kant	adaptado	1a, 2, 3	III.1	23	01	01	101
14	2013.41	Descartes e Bacon	adaptado	1a, 2, 3	III.2	21	04	20	101
15	2014.04	Descartes	adaptado	1a	III.1	17	01	04	101
16	2014.11	Vernant	adaptado	1b, 2, 3	I.1	08	05	24	603

QUADRO 3

QUADRO-RESUMO DA ADESÃO DOS ITENS DE FILOSOFIA DA PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM
AOS REFERENCIAIS CURRICULARES CONSULTADOS – 2012-2018

(continuação)

Item	Texto-base	Fonte	Texto	PCN (1999)	PCN+ (2002)	Ocem (2006)	C (2009)	H (2009)	BNCC (2018)	
17	2014.12	Bioética	primária	adaptado	1b, 2, 3	III.2	29	05	23	504
18	2013.14	Habermas	primária	sem adaptações	1a	I.2	28	03	12	603
19	2014.19	Tucídides e Aristóteles	primária	1. sem adaptações/ 2. adaptado	1a, 2, 3	I.1	08	01	04	603
20	2014.24	Epicuro	primária	sem adaptações	1a	II.1	09	01	01	501
21	2014.25	Rafael/Escola de Atenas	primária	imagem	1b, 2, 3	III.1	07	01	01	101
22	2014.29	Galilei	primária	sem adaptações	1a, 2, 3	III.1	21	03	15	101
23	2015.03	Freire	primária	sem adaptações	1b, 2, 3	II.1	22	05	23	501
24	2015.13	Trasímaco e Sócrates	secundária	sem adaptações	1a	II.3	08	05	23	501
25	2015.16	Hume	primária	sem adaptações	1a	III.1	17	01	01	101
26	2015.17	Aquino	primária	adaptado	1a, 3	II.3	-	03	12	603
27	2015.26	Hobbes	primária	sem adaptações	1a	II.3	20	03	12	603
28	2015.28	Vernant	primária	adaptado	1b, 2, 3	I.1	08	05	24	603
29	2015.34	Nietzsche	primária	sem adaptações	1a, 2, 3	III.1	06	01	03	101
30	2015.42	Beauvoir	primária	sem adaptações	1a, 2, 3	II.3	25	02	10	501
31	2016.01	Schopenhauer	primária	sem adaptações	1a, 3	II.1	24	05	23	501
32	2016.06	Shakespeare	primária	sem adaptações	1b, 2, 3	II.1	26	01	04	101

QUADRO 3

QUADRO-RESUMO DA ADESÃO DOS ITENS DE FILOSOFIA DA PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM
AOS REFERENCIAIS CURRICULARES CONSULTADOS – 2012-2018

(continuação)

Item	Texto-base	Fonte	Texto	PCN (1999)	PCN+ (2002)	Ocem (2006)	C (2009)	H (2009)	BNCC (2018)	
33	2016.15	Adorno, Horkheimer	primária	sem adaptações	1a, 3	III.3	28	05	21	504
34	2016.20	Descartes	primária	sem adaptações	1a, 2	II.1	21	01	01	101
35	2016.23	Heráclito e Parmênides	primárias	adaptados	1a, 2, 3	III.1	06	03	14	101
36	2016.24	Young	primária	sem adaptações	1a, 2	I.2	28	05	25	603
37	2016.25	Jonas	primária	adaptado	1a, 2, 3	III.2	22?	04	20	504
38	2016.28	Diógenes Laércio	primária	sem adaptações	1a, 2, 3	III.1	09	01	03	101
39	2016.37	Nietzsche	primária	sem adaptações	1a, 2, 3	III.1	25	01	03	101
40	2017.48	Bentham	secundária	sem adaptações	1a	II.3	22?	01	23	501
41	2017.49	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	secundária	adaptado	1b, 2, 3	I.2	19	01	03	603
42	2017.64	Rawls	primária	adaptado	1a, 2, 3	I.2	20	03	12	603
43	2017.65	Hegel (pré-socráticos)	primária	adaptado	1a, 2, 3	III.1	06	01	03	101
44	2017.66	Sócrates	secundária	sem adaptações	1a	III.1	7-9	02	11	101
45	2017.84	Habermas	secundária	adaptado	1a	I.2	28	05	024	603
46	2017.85	Kant	primária	sem adaptações	1a	II.3	22	05	23	501
47	2017.88	Aristóteles	primária	adaptado	1a	II.3	08	01	01	603
48	2018.49	Merleau-Ponty	primária	sem adaptações	1a	III.1	22	01	01	101

QUADRO 3

QUADRO-RESUMO DA ADEÇÃO DOS ITENS DE FILOSOFIA DA PROVA DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM
AOS REFERENCIAIS CURRICULARES CONSULTADOS – 2012-2018

(conclusão)

Item	Texto-base	Fonte	Texto	PCN (1999)	PCN+ (2002)	Ocem (2006)	C (2009)	H (2009)	BNCC (2018)
49	Aquino	primária	sem adaptações	1a	III.1	16	01	02	101
50	Hobbes e Rousseau	primária	sem adaptações e adaptado	1a, 2	II.3	20	03	04	603
51	Iluminismo	secundária	sem adaptações	1b, 2, 3	II.1	19	03	13	501
52	Epicuro	primária	sem adaptações	1a, 2, 3	II.1	09	05	23	501
53	Agostinho	primária	sem adaptações	1a, 2	III.1	13	01	01	101
54	Cunha	secundária	sem adaptações	1b, 2, 3	III.1	29	06	30	101
55	Bobbio	secundária	adaptado	1a, 3	I.2	28	05	24	603

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Macedo (2015).



.....

ANEXOS

.....





ANEXO A

PCN-EM: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS EM FILOSOFIA (1999)

Representação e comunicação

- Ler textos filosóficos de modo significativo.
- Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros.
- Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo.
- Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes.

Investigação e compreensão

- Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais.

Contextualização sociocultural

- Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.

Fonte: Brasil. MEC (1999, p. 64).



ANEXO B

PCN+: EIXOS TEMÁTICOS EM FILOSOFIA (2002)

I – Relações de poder e democracia	
Temas	Subtemas
1. A democracia grega	<ul style="list-style-type: none">• A ágora e a assembleia: igualdade nas leis e no direito à palavra• Democracia direta: formas contemporâneas possíveis de participação da sociedade civil
2. A democracia contemporânea	<ul style="list-style-type: none">• Antecedentes:<ul style="list-style-type: none">– Montesquieu e a teoria dos três poderes– Rousseau e a soberania do povo• O confronto entre as ideias liberais e o socialismo
3. O avesso da democracia	<ul style="list-style-type: none">• O conceito de cidadania• Os totalitarismos de direita e esquerda

II – A construção do sujeito moral	
Temas	Subtemas
1. Autonomia e liberdade	<ul style="list-style-type: none">• Descentração do indivíduo e o reconhecimento do outro• As várias dimensões da liberdade (ética, econômica, política)• Liberdade e determinismo
2. As formas da alienação moral	<ul style="list-style-type: none">• O individualismo contemporâneo e a recusa do outro• As condutas massificadas na sociedade contemporânea
3. Ética e política	<ul style="list-style-type: none">• Maquiavel: as relações entre moral e política• Cidadania: os limites entre o público e o privado

III – O que é Filosofia

Temas	Subtemas
1. Filosofia, mito e senso comum	<ul style="list-style-type: none">• Mito e Filosofia: o nascimento da Filosofia na Grécia• Mitos contemporâneos• Do senso comum ao pensamento filosófico
2. Filosofia, ciência e tecnocracia	<ul style="list-style-type: none">• Características do método científico• O mito do cientificismo: as concepções reducionistas da ciência• A tecnologia a serviço de objetivos humanos e os riscos da tecnocracia• A bioética
3. Filosofia e estética	<ul style="list-style-type: none">• Os diversos tipos de valor• A arte como forma de conhecer o mundo• Estética e desenvolvimento da sensibilidade e imaginação

Fonte: Brasil. MEC (2002, p. 52-53).



ANEXO C

CONTEÚDOS DE FILOSOFIA DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO: CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (2006)

- 1) Filosofia e conhecimento; Filosofia e ciência; definição de Filosofia;
- 2) Validade e verdade; proposição e argumento;
- 3) Falácias não formais; reconhecimento de argumentos; conteúdo e forma;
- 4) Quadro de oposições entre proposições categóricas; inferências imediatas em contexto categórico; conteúdo existencial e proposições categóricas;
- 5) Tabelas de verdade; cálculo proposicional;
- 6) Filosofia pré-socrática; uno e múltiplo; movimento e realidade;
- 7) Teoria das ideias em Platão; conhecimento e opinião; aparência e realidade;
- 8) A política antiga; a República de Platão; a Política de Aristóteles;
- 9) A ética antiga; Platão, Aristóteles e filósofos helenistas;
- 10) Conceitos centrais da metafísica aristotélica; a teoria da ciência aristotélica;
- 11) Verdade, justificação e ceticismo;

- 12) Problema dos universais; os transcendentais;
- 13) Tempo e eternidade; conhecimento humano e conhecimento divino;
- 14) Teoria do conhecimento e do juízo em Tomás de Aquino;
- 15) A teoria das virtudes no período medieval;
- 16) Provas da existência de Deus; argumentos ontológico, cosmológico, teleológico;
- 17) Teoria do conhecimento nos modernos; verdade e evidência; ideias; causalidade; indução; método;
- 18) Vontade divina e liberdade humana;
- 19) Teorias do sujeito na filosofia moderna;
- 20) O contratualismo;
- 21) Razão e entendimento; razão e sensibilidade; intuição e conceito;
- 22) Éticas do dever; fundamentações da moral; autonomia do sujeito;
- 23) Idealismo alemão; filosofias da história;
- 24) Razão e vontade; o belo e o sublime na filosofia alemã;
- 25) Crítica à metafísica na contemporaneidade; Nietzsche; Wittgenstein; Heidegger;
- 26) Fenomenologia; existencialismo;
- 27) Filosofia analítica; Frege, Russell e Wittgenstein; o Círculo de Viena;
- 28) Marxismo e Escola de Frankfurt;
- 29) Epistemologias contemporâneas; filosofia da ciência; o problema da demarcação entre ciência e metafísica;
- 30) Filosofia francesa contemporânea; Foucault; Deleuze.

Fonte: Brasil. MEC (2006, p. 34-35).



ANEXO D

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS (2009)

COMPETÊNCIA DE ÁREA 1

Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

- H1 – Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
- H2 – Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
- H3 – Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
- H4 – Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
- H5 – Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

COMPETÊNCIA DE ÁREA 2

Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

- H6 – Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
- H7 – Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

- H8 – Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
- H9 – Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
- H10 – Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

COMPETÊNCIA DE ÁREA 3

Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

- H11 – Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
- H12 – Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
- H13 – Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
- H14 – Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
- H15 – Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

COMPETÊNCIA DE ÁREA 4

Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

- H16 – Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
- H17 – Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
- H18 – Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
- H19 – Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.
- H20 – Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

COMPETÊNCIA DE ÁREA 5

Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

- H21 – Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.
- H22 – Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

H23 – Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

H24 – Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

H25 – Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

COMPETÊNCIA DE ÁREA 6

Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26 – Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

H27 – Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

H28 – Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

H29 – Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

H30 – Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

Fonte: Brasil. Inep (2009, p. 21-23).



ANEXO E

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2018)

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o ensino médio

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Nessa competência específica, pretende-se ampliar as capacidades dos estudantes de elaborar hipóteses e compor argumentos com base na sistematização de dados (de natureza quantitativa e qualitativa); compreender e utilizar determinados procedimentos metodológicos para discutir criticamente as circunstâncias históricas favoráveis à emergência de matrizes conceituais dicotômicas (modernidade/atraso, Ocidente/ Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo etc.), contextualizando-as de modo a identificar seu caráter redutor da complexidade efetiva da realidade; e operacionalizar conceitos como etnicidade, temporalidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade etc. e diferentes linguagens e narrativas que expressem culturas, conhecimentos, crenças, valores e práticas.

HABILIDADES

- (EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
- (EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
- (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
- (EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
- (EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.
- (EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

Nessa competência específica, pretende-se comparar e avaliar a ocupação do espaço e a delimitação de fronteiras, como também o papel dos agentes responsáveis por essas transformações. Os atores sociais (na cidade, no campo, nas zonas limítrofes, em uma região, em um Estado ou mesmo na relação entre Estados) são produtores de diferentes territorialidades nas quais se desenvolvem diferentes formas de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão. Dada a complexidade das relações de poder que determinam as territorialidades, dos fluxos populacionais e da circulação de mercadorias, é prioritário considerar o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história, da economia e da política na produção do espaço.

HABILIDADES

- (EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
- (EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.
- (EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).
- (EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
- (EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.
- (EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

Nessa competência específica, propõe-se analisar os paradigmas que refletem pensamentos e saberes de diferentes grupos, povos e sociedades (incluindo-se os indígenas, quilombolas e demais povos e populações tradicionais), levando em consideração suas formas de apropriação da natureza, extração, transformação e comercialização de recursos naturais, suas formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens.

Considerando a presença, na contemporaneidade, da cultura de massa e das culturas juvenis, é importante compreender os significados de objetos derivados da indústria cultural,

os instrumentos publicitários utilizados, o funcionamento da propaganda e do marketing, sua semiótica e seus elementos persuasivos, os papéis das novas tecnologias e os aspectos psicológicos e afetivos do consumismo.

HABILIDADES

- (EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.
- (EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.
- (EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.
- (EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.
- (EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.
- (EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 4

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

Nessa competência específica, pretende-se que os estudantes compreendam o significado de trabalho em diferentes culturas e sociedades, suas especificidades e os processos de estratificação social caracterizados por uma maior ou menor desigualdade econômico-social e participação política.

Além disso, é importante que os indicadores de emprego, trabalho e renda sejam analisados em contextos específicos que favoreçam a compreensão tanto da sociedade e suas implicações sociais quanto das dinâmicas de mercado delas decorrentes. Já a investigação a respeito das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais deve enfatizar as novas formas de trabalho, bem como seus efeitos, especialmente em relação aos jovens e às futuras gerações.

HABILIDADES

- (EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.
- (EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.
- (EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos direitos humanos.
- (EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos direitos humanos. Ao realizar esse exercício na abordagem de circunstâncias da vida cotidiana, os estudantes podem desnaturalizar condutas, relativizar costumes e perceber a desigualdade, o preconceito e a discriminação presentes em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional.

HABILIDADES

- (EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
- (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
- (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
- (EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos.

Para o desenvolvimento dessa competência específica, a política será explorada como instrumento que permite às pessoas explicitar e debater ideias, abrindo caminho para o respeito a diferentes posicionamentos em uma dada sociedade. Desse modo, espera-se que os estudantes reconheçam que o debate público – marcado pelo respeito à liberdade, autonomia e consciência crítica – orienta escolhas e fortalece o exercício da cidadania e o respeito a diferentes projetos de vida.

HABILIDADES

- (EM13CHS601)** Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no País.
- (EM13CHS602)** Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.
- (EM13CHS603)** Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
- (EM13CHS604)** Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.
- (EM13CHS605)** Analisar os princípios da declaração dos direitos humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.
- (EM13CHS606)** Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: Brasil. MEC (2018, p. 559-565).



SOBRE A AUTORA

Pesquisadora-Tecnologista na Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) desde 2013. Atuou na área pedagógica do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), na capacitação de elaboradores e revisores de itens, na produção de itens e instrumentos e nos processos de articulação e divulgação. Realizou pós-doutorado em Estudos Comparados em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (2019) e em Filosofia Antiga na Cátedra da Unesco *Archai*, com sede na mesma universidade (2012). É doutora em Filosofia da Educação pela Universidade de Toronto/*Ontario Institute for Studies in Education: Department of Theory and Policy Studies*, Canadá (2011). Possui mestrado em Filosofia Antiga pela Universidade de Toronto, Canadá (2005) e em Letras Clássicas pela Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos (2002). Possui graduação em Filosofia e Letras Clássicas (Línguas e Literaturas Grega e Latina) – McGill University – Montreal (2001), após passagem inicial pela Unicamp (1998). Atualmente é Coordenadora de Instrumentos e Avaliações e Coordenadora-Geral do Enade (substituta).



(CC) BY

VENDA PROIBIDA

